



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 081

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE JULHO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 081**

### **75ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagem ..... 03

Indicações ..... 06

Requerimentos ..... 07

Projeto de Resolução ..... 12

Projetos de Lei ..... 13

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Enio Verri ..... 16

Dep. Luciana Rafagnin ..... 17

Dep. Reni Pereira ..... 18

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 19

Dep. Antonio Belinati ..... 19

Dep. Tadeu Veneri ..... 20

#### **Grande Expediente:**

Dep. Marcelo Rangel ..... 23

Dep. Plauto Miró ..... 25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri .....22

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni .....27

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida .....28

Liderança do PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício .....30

Liderança do PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk .....31

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....33

Discussão/Votação

Redação Final (Votação em) .....34

Redação Final .....34

2ª Discussão .....34

1ª Discussão .....34

Requerimentos .....39

#### **Encerramento da Sessão .....39**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias .....39

Atas de Comissões

Especial - Conselheiro do

Tribunal de Contas .....40

Finanças .....41

### **DIÁRIO Nº 081**

### **75ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE JULHO DE 2008**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton

Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Caíto Quintana (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 021/08

Curitiba, 07/07/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à consideração dessa Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e

trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Justiça, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, visando atender despesas com a obra 01 - concluir projetos e iniciar a construção do Centro Judiciário de Curitiba, com a criação da receita e despesas por fontes próprias na Dotação Orçamentária 0561.02061291.300 - Fundo Judiciário.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de Superávit Financeiro do exercício de 2007, no valor de R\$ 40.033.291,00 (quarenta milhões, trinta e três mil e duzentos e noventa e um reais) e excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.097.400,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e quatrocentos reais).

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, no valor de R\$ 44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), com a criação da receita e despesas por fontes próprias na Dotação Orçamentária 0561.02061293.300 - Fundo Judiciário, conforme Anexos I, II, III e IV desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de Superávit Financeiro do exercício de 2007 no valor de R\$ 40.033.291,00 (quarenta milhões, trinta e três mil e duzentos e noventa e um reais) e excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.097.400,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e quatrocentos reais), conforme Anexos V e VI, desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterada o Anexo de Obras, conforme Anexo VII desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				R\$ 1,00
0500 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0561 - FUNDO JUDICIÁRIO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEG. ECONÔM.
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes			44.130.691
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	0	4.097.400	
1.3.2.0.00.00	Receita de Valores Mobiliários	4.097.400		
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.097.400		
1.3.2.5.50.00	Remuneração sobre Recursos Diretamente Arrecadados	4.097.400		
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	0	40.033.291	
1.9.9.0.00.00	Receitas Diversas	40.033.291		
1.9.9.0.05.50	Diretamente Arrecadados	40.033.291		
		RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
		44.130.691	0	44.130.691

## ANEXO II

CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA DA UNIDADE		R\$ 1,00
0500 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0561 - FUNDO JUDICIÁRIO		
Especificação		VALOR
Receitas Próprias		44.130.691

## ANEXO III

0500 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Discriminação da despesa segundo os desdobramentos por grupo de fontes								R\$ 1,00
Recursos de todas as fontes								
PROJ/ATIV	GR. FT.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
1.300	95 T				44.129.691 44.129.691	1.000 1.000		44.130.6914 4.130.691
TOTAL					44.129.691	1.000		44.130.691

## ANEXO IV

0500 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Discriminação da despesa segundo os desdobramentos por modalidade de aplicação								R\$ 1,00
Recursos de todas as fontes								
PROJ/ATIV	MOD. APL.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
1.300	90 T				44.129.691 44.129.691	1.000 1.000		44.130.6914 4.130.691
TOTAL					44.129.691	1.000		44.130.691

Suplementação de Despesa	ANEXO V Anexo a Lei						Fl. 05 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Nº do Proc. COP
0500	Tribunal de Justiça						
0561	Fundo Judiciário						
1300	Fundo Judiciário	44903000	250	95	L	110.000	1243
		44903000	250	95	L	10.000	1242
		44903500	250	95	L	10.000	1242
		44903600	250	95	L	1.000	1242
		44903700	250	95	L	100.000	1242
		44903900	250	95	L	285.291	1243
		44905100	250	95	L	38.495.400	1243
		44905200	250	95	L	118.000	1243
		44906100	250	95	L	5.000.000	1242
		45906100	250	95	L	1.000	1242
				Total		44.130.691	

Acréscimo da Receita Descentralizada	ANEXO VI Anexo a Lei				Fl. 06 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Tribunal de Justiça				
0561	Fundo Judiciário				
1325.50.00	Remuneração sobre Recursos Diretamente Arrecadados	250	95	4.097.400	1243
1990.05.50	Diretamente Arrecadados	250	95	40.033.291	1242
		Total		44.130.691	

Suplementação de Obras	ANEXO VII Anexo a Lei					Fl. 07 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Processo
0500	Tribunal de Justiça					
0561	Fundo Judiciário					
1300	Fundo Judiciário					
280	Curitiba					
0001	Concluir projetos e iniciar a construção do centro					
	Judiciário de Curitiba	250	95	L	38.495.400	1243
			Total		38.495.400	

À Diretoria Legislativa

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 164/08

#### SÚMULA:

Sugere a reversão, ao município de Renascença, de área de terras do Governo, conforme especifica.

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para sugerir o seguinte:

Sejam tomadas providências urgentes no sentido efetivar a reversão, à Prefeitura Municipal de Renascença, de um terreno urbano com 798,00 m2, denominado lote nº 13, da quadra 37, com matrícula nº 20.534 do Registro Geral de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Francisco Beltrão-PR.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, em 1997 pela Lei Municipal nº 673, o referido imóvel foi doado ao estado do Paraná, para que ali fosse instalado um destacamento da Polícia Militar, o que entretanto não ocorreu e não virá a ocorrer.

O município pretende agora a construção de um Centro de Atendimento à Mulher, e como não dispõe de um terreno para tal, pretende reaver o imóvel anteriormente doado ao estado, razão do encaminhamento desta indicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

### INDICAÇÃO Nº 165/08

#### SÚMULA:

Propõe a inclusão do município de Campo Mourão no Programa Atitude.

Sra. Secretária de Estado da Criança e da Juventude:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria dispense atenção especial na inclusão do município de Campo Mourão no Programa Atitude.

II - O pedido nos foi enviado pela Câmara Municipal do município onde nos pede empenho em seu atendimento.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 166/08

#### SÚMULA:

Propõe atenção especial no atendimento das necessidades do CENSE - Centro de Sócio-Educação - Unidade de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria dispense atenção especial das necessidades CENSE - Centro Sócio-Educação - unidade de Campo Mourão, que requer seja construída uma cobertura e iluminação em sua quadra.

II - A falta de cobertura e de iluminação tem restringido a utilização do espaço esportivo e cultural em virtude do tempo, seja por muito sol ou por chuva e frio.

III - O pedido visa melhorar a qualidade de atendimento aos adolescentes além de proporcionar um espaço para a realização de solenidades e comemorações familiares.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 167/08

#### SÚMULA:

Propõe uma especial atenção e atendimento às necessidades do município de Sarandi.

Senhor Diretor-Presidente da Paraná Esportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A Câmara Municipal de Sarandi nos relata as dificuldades enfrentadas pelo município com relação a falta de recursos para a aquisição de materiais esportivos para o desenvolvimento dos projetos ligados a área.

II - Neste sentido, o ofício da Câmara Municipal nos solicita intervenção para a sensibilização de nossos governantes.

III - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade de vida e saúde dos munícipes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 168/08

#### SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento ao fornecimento de um aparelho de endoscopia e um de ultra-sonografia ao município de Roncador.

Senhor Secretário de Estado da Saúde.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial às necessidades apresentadas pelo município de Roncador.

II - A Câmara Municipal de Roncador nos relata e pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado para o grande problema da falta de equipamentos para o atendimento a população.

III - O Instituto Beneficente de Roncador, recentemente declarado de utilidade pública, é quem promove o atendimento às famílias mais necessitadas do município e quem relata as grandes dificuldades pelas quais a população vem passando.

IV - Para a melhora imediata dos atendimentos e dos serviços oferecidos aos munícipes e da região é por demais importante a aquisição de um aparelho de endoscopia e um de ultra-sonografia.

V - A solicitação se justifica perfeitamente diante da situação atual.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de paranaenses que se beneficiam dos atendimentos no município e região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 169/08

##### SÚMULA:

Propõem a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social atenção especial e atendimento as necessidades do Sr. Thiago Arantes, morador do Distrito de Alto São João, município de Roncador.

Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dedique especial atenção no atendimento das necessidades do Sr. Thiago Arantes, morador do Distrito de Alto São João, município de Roncador.

II - Em ofício que nos foi encaminhado pela Câmara Municipal de Roncador, por proposição do nobre Vereador Sebastião Teodoro Dutra, onde nos pede empenho para pleitear junto ao Governo do Estado, de um par de aparelhos auditivos.

III - O Sr. Thiago possui um problema auditivo que dificulta o desenvolvimento de funções simples e a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de recursos.

IV - O atendimento visa também impedir uma piora no quadro, pois segundo nos informa o mesmo ofício, a não utilização urgente de um aparelho de surdez poderá levar o Sr. Thiago à perda total da audição, e em caráter definitivo.

V - Portanto, como é nossa praxe, estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 705/07, item 06, por quatro Sessões.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1857

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 07/07/08.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) NEY LEPEREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência na Sessão devido a tratamento odontológico.

#### REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nair de Oliveira Pinto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Crislauriane Carvalho Lopes de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina de Fátima Moura da Costa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egon João Schmutzier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zelia de Fátima Ribeiro Vargas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Martins de Melo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Silméia Ferreira Kiel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edelson Bueno Padilha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luis Borato, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sergio Luiz Zebelucka, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iasmim dos Santos Aleixo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Ferreira Machado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Ramiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Cinegrafista João Batista Siqueira, falecido em Maringá aos 55 anos.

Conhecido como Foguinho, João Batista era muito querido e deixa saudades entre os amigos.

Rogamos a Deus que conforte a família nesse momento de dor.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da



Coordenadora do Plenário Maria Joaquina F. de Paula (Kika), em razão do falecimento de sua mãe.

Rogamos a Deus que conforte a família nesse momento de dor.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Teixeira Soares, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho de seus 91 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. João Inácio Ross, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Teixeira Soares que no próximo dia 14/07/08 estará comemorando 91 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 91 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Irati, pelo transcurso, no próximo dia 15 de julho de seus 101 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sérgio Luiz Stoklos, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Irati.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Irati que no próximo dia 15/07/08 estará comemorando 101 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 101 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através

desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho de seus 90 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alexandre Burko, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Rio Azul que no próximo dia 14/07/08 estará comemorando 90 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 90 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Rádio CBN Maringá, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da conquista Prêmio SEBRAE de Jornalismo.

Com a matéria Lei Geral e a vanguarda do município de Maringá, de autoria de Marco Landin e Everton Barbosa, a Rádio CBN Maringá (95,5 MHz - Maringá/PR) conquistou o 1º lugar na categoria Radiojornalismo do Prêmio SEBRAE de Jornalismo. O prêmio foi entregue em cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no dia 13 de maio.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa e REQUERER votos de louvor ao Delegado Marcus Vinícius da C. Michelotto, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, Marcus Vinícius da C. Michelotto, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Delegado Vinicius Augustus de Carvalho, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, Vinicius Augustus de Carvalho, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Escrivão Roberto Assis Martins Mendes, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Escrivão da Polícia Civil do Estado do Paraná, Roberto Assis Martins Mendes, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Escrivão Ivan Tadeu Duarte, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Escrivão da Polícia Civil do Estado do Paraná, Ivan Tadeu Duarte, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor à Escrivã Maria Aparecida Maluf, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar à Escrivã da Polícia Civil do Estado do Paraná, Maria Aparecida Maluf, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor à Investigadora Andrea Greinert, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar à Investigadora da Polícia Civil do Estado do Paraná, Andrea Greinert, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor à Investigadora Cláudia Maria Pellizzetti, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar à Investigadora da Polícia Civil do Estado do Paraná, Cláudia Maria Pellizzetti, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Mauri Luiz Portella, pelos relevantes serviços prestados à

sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Mauri Luiz Portella, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Roger Rocha Galotti, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Roger Rocha Galotti, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Adilson Geraldo Salvador, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Adilson Geraldo Salvador, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador José Carlos Fagundes, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, José Carlos Fagundes, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Leomir Murbach, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Leomir Murbach, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Jorge Luiz de Lima Pacheco, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Jorge Luiz de Lima Pacheco, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Agente Roberto Batista Soares, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Agente da Polícia Civil do Estado do Paraná, Roberto Batista Soares, acerca do voto em apreço, na DEDC - Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Delegado Riad Braga Farhat, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, Riad Braga Farhat, acerca do voto em apreço, na TIGRE - Tático Integrado de Grupos de Repressão Especiais.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Investigador Platão Ribeiro dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, na Operação Casa Cheia, que culminou com a prisão de uma quadrilha especializada em falsificações de ingressos de jogos de futebol, nacionais e internacionais, disputados em estádios de todo o Brasil.

Solicito a gentileza em notificar ao Investigador da Polícia Civil do Estado do Paraná, Platão Ribeiro dos Santos, acerca do voto em apreço, na TIGRE - Tático Integrado de Grupos de Repressão Especiais.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Veranice Rotta.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Veranice Rotta, que há vinte e três anos trabalha com dedicação e afinco no Hospital dos Olhos contribuindo para a agilidade e eficiência deste centro de saúde.

Natural de Palmas/PR, Vera veio a Curitiba com 15 anos devido a problemas de saúde. Hoje, curada a ambliopia com a capital do Paraná, é peça fundamental no Hospital dos Olhos para ajudar pacientes que precisam de atendimento neste importante estabelecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Hospital do Trabalhador.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hospital do Trabalhador, por ocasião das comemorações dos 10 anos de funcionamento do pronto socorro, resultado da parceria SESA/SMS/UFPR e FUNPAR.

Destacamos a importância do HT em nosso estado, contribuindo para a qualidade de vida do cidadão, através de ensino e pesquisa nas áreas de trauma e emergência, infectologia e ações voltadas para o desenvolvimento na área da saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sandro Ghignone.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sandro Ghignone, que é um jovem empreendedor que trabalha em sua área de atuação com dedicação e afinco a fim de contribuir para o desenvolvimento de Curitiba e do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado o ofício à Sra. Secretária de Estado da Cultura solicitando para viabilizar uma unidade da "Biblioteca Cidadã" para a cidade de Serranópolis do Iguaçu.

A referida cidade está entre as unidades municipais recentes criadas estado do Paraná. Por isso o município ainda é carente em muitas áreas. E na área cultural a falta de uma biblioteca pública, para atender principalmente a comunidade escolar, é inquietante e precisa ser solucionado o mais rápido possível.

Esta é a razão do encaminhamento da presente proposição.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ELIO RUSCH

### *Projeto de Resolução*

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criada Frente Interparlamentar Paraná-Tucumán, instituindo parceria entre a Assembléia Legislativa do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucumán (Argentina), de acordo com a "Declaração de Curitiba",

assinada entre os parlamentares das duas Casas, em 19/06/08.

Art. 2º São objetivos específicos da Frente Interparlamentar Paraná-Tucumán:

§ 1º - Acompanhar, fiscalizar e interagir nas relações bilaterais entre o estado do Paraná (Brasil) e a Província de Tucumán (Argentina), seguindo o Protocolo de Intenções assinado entre o governador paranaense Roberto Requião e o argentino José Jorge Alperovich.

§ 2º - Participar e encaminhar, no âmbito do Paraná, a criação da Assembléia Interparlamentar NOA Argentina-Parlasul/Brasil.

§ 3º - Participar, através de comissão específica da Assembléia Legislativa do Paraná, segundo as normas estabelecidas, de atividades interparlamentárias.

§ 4º - Zelar pelos objetivos principais do acordo Paraná-Tucumán, e posteriormente da Assembléia Interparlamentar NOA Argentina-Parlasul/Brasil, quais sejam: viabilizar, direta e/ou indiretamente, intercâmbio comercial, industrial, agropecuário, cultural, educacional, tecnológico, em todos os campos do conhecimento humano, visando à realização de atividades bilaterais nos segmentos da iniciativa privada e governamental e o desenvolvimento do bem-estar da sociedade.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução que tem o objetivo criar a Frente Interparlamentar Paraná-Tucumán, estabelecendo parceria entre a Assembléia Legislativa do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucumán/Argentina.

Dentre os objetivos específicos da Frente Interparlamentar Paraná-Tucumán, será acompanhar, fiscalizar e interagir nas relações bilaterais entre o estado do Paraná/Brasil e a Província de Tucumán/Argentina, seguindo o Protocolo de Intenções assinado entre o governador paranaense Roberto Requião e o argentino José Jorge Alperovich.

Procurará, também, zelar pelos objetivos principais do acordo Paraná-Tucumán, e posteriormente da Assembléia Interparlamentar NOA Argentina-Parlasul/Brasil, quais sejam: viabilizar, direta e/ou indiretamente, intercâmbio comercial, industrial, agropecuário, cultural, educacional, tecnológico, em todos os campos do conhecimento humano, visando a realização de atividades bilaterais nos segmentos da iniciativa privada e governamental e o desenvolvimento do bem-estar da sociedade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

## *Projetos de Lei*

PROJETO DE LEI Nº 303/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro em Maringá/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ENIO VERRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede na cidade de Maringá/PR.

A presente entidade é uma associação civil, sem fins lucrativos e tem por objetivo promover o desporto de caráter amador junto a seus membros associados, e com atletas de outras agremiações, difundindo a prática do vôlei de praia em todas as suas formas, disciplinas, modalidades e especialidades, desde que devidamente legalizadas e regulamentadas, atuando junto a sociedade, e no interesse da mesma, fomentando a prática do esporte.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 304/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cultural de São Mateus do Sul - FUNDASMAM do município de São Mateus do Sul/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural de São Mateus do Sul tem por finalidade a elaboração de projetos na área cultural bem como a divulgação e lançamento das obras de escritores locais, apresentação de peças teatrais, intercâmbio cultural com outros municípios realizando exposições de Artes Plásticas e Artesanatos, divulgando desta maneira as riquezas culturais que se formam dentro do município de São Mateus do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 305/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, do Distrito de Yolanda, município de Ubiratã/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua promover ações que resultem no aprimoramento do ensino e integração família, escola e comunidade, assegurando aos educandos, professores e funcionários melhores condições de eficiência escolar, através de programas de conscientização da comunidade e desenvolvimento de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

Como se comprova pela documentação anexa, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 306/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo proporcionar à comunidade menos privilegiada do município e região, local agradável para o lazer e a prática de esportes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 307/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede no município e foro na comarca de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, fundada em 12/05/66, têm por finalidade difundir conhecimentos gerais sobre o câncer e sua prevenção por intermédio da realização de palestras seminários, reuniões, cursos e distribuição de material impresso.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade, na organização de eventos e demais promoções, com o intuito de angariar verbas para a difusão de seu trabalho, de sublimar importância para a sociedade, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 04.426.710/0001-39, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 308/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o Programa de Reflorestamento da Seringueira no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O Programa de Reflorestamento da Seringueira no Estado do Paraná tem por objetivo a preservação ambiental e recuperação das áreas degradadas, com o reflorestamento através de um produto renovável, natural e correto ecologicamente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que cria o Programa de Reflorestamento da Seringueira no Estado do Paraná.

Nos últimos anos tem sido freqüente você abrir um jornal e ler sobre reflorestamento, camada de ozônio, efeito estufa, queimadas e projetos falando de recuperação de áreas degradadas e da preservação ambiental,

enfim a preocupação com o meio ambiente vem crescendo diariamente.

Para nosso estado, em termos de preservação ambiental e recuperação das áreas degradadas, nada melhor do que o projeto que vem sendo desenvolvido para o reflorestamento com as seringueiras, que tem um mercado em expansão, pois é um produto renovável, natural e ecologicamente correto e que é aceito como reflorestamento para áreas degradadas, além disso a seringueira só usa mão-de-obra manual o que vai gerar cada vez mais emprego para nosso estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 309/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica permitido apenas o tráfego de veículos de passeio e de microônibus na PR-410, trecho de entroncamento da BR-116 com a PR-411, a Estrada da Graciosa.

Art. 2º As empresas que executam linhas regulares de transporte coletivo só poderão utilizar veículos com até dois eixos, comprimento máximo de 14,00 (quatorze) metros de comprimento e de altura máxima até 3,80 (três metros e oitenta centímetros).

Art. 3º O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER, no prazo de 90 dias, providenciará a sinalização de regulamentação.

Art. 4º Devido à situação de risco de deslizamentos dos veículos na curva do KM 8,5 da Estrada da Graciosa, anterior ao Rio Grota Funda, fica autorizada a pavimentação deste trecho que abrange a curva.

Art. 5º A Polícia Rodoviária Estadual fiscalizará o trânsito na PR-410 em cumprimento aos aspectos legais.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

A Estrada da Graciosa, como é conhecida a Rodovia PR-410, utiliza a antiga rota dos tropeiros em direção ao litoral do estado, interligando Curitiba às cidades de Antonina e Morretes. Sua construção, sobre os antigos traçados da Trilha da Graciosa, se iniciou em 1854 e foi concluída em 1873, ano da emancipação da Província do Paraná.

Antes da construção da BR-277 - que liga Curitiba à Paranaguá - a Estrada da Graciosa era o único caminho para se chegar ao litoral do estado, sendo importante rota de escoamento da produção agrícola, por onde passavam

caminhões carregados de café, erva-mate e madeira, com destino rumo ao Porto de Paranaguá e ao Porto de Antonina. Desde aqueles memoráveis tempos já havia disciplina para o trânsito de subida e descida de veículos, em épocas de temporadas de verão, com alternância de horários.

A estrada atravessa o trecho mais preservado de Mata Atlântica do Brasil, marcado pela mata tropical e pelos belos riachos que nascem na Serra do mar e conta com aproximadamente 28,5 quilômetros de extensão.

Devido a sua importância, em 1993, parte do trecho da Serra foi declarada pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Na região, existem dois importantes parques estaduais: o Parque Estadual da Graciosa e o Parque Estadual Roberto Ribas Lange, além de Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi.

Ao longo da Estrada da Graciosa, são mantidos 7 recantos, contendo estruturas de lazer (churrasqueiras, sanitários, mirantes) que facilitam o acesso dos visitantes que querem conhecer as belezas da Serra do Mar paranaense. São eles, Vista Lacerda, Rio Cascata, Grota Funda, Bela Vista, Curva da Ferradura, Mãe Catira e São João da Graciosa.

Os remanescentes históricos da Trilha da Graciosa ainda hoje podem ser observados por quem passeia pela Estrada da Graciosa. São trechos de calçamento e ruínas históricas que contam um pouco da colonização e do desenvolvimento do Estado.

Inconteste é o valor histórico e natural da Estrada da Graciosa. Assim, o presente projeto de lei tem o intuito de impedir o trânsito de veículos longos e pesados pela Estrada da Graciosa, evitando que eles coloquem em risco de acidente motoristas e passageiros de veículos de pequeno porte que a utilizam.

A Estrada da Graciosa possui características únicas, curvas fechadas e ladeiras acentuadas, não tendo sido projetada para receber veículos longos e pesados, tornando impossível que estes veículos transitem por ela sem gerar riscos aos demais, a si próprio e ao meio ambiente. Levantamento do DER aponta que houve cinco acidentes com ônibus na Estrada da Graciosa em 2006 e três acidentes somente nos primeiros meses de 2007, até o momento em que foi editada a Portaria nº 118/07 pelo DER, em abril daquele ano, a qual passou a permitir o tráfego na Estrada da Graciosa somente de veículos de passeio e microônibus na PR-410, trecho de entroncamento da BR-116 ao entroncamento com a PR-411.

Ademais, devido à situação de risco de deslizamento dos veículos na curva do KM 8,5 da Estrada da Graciosa, anterior ao Rio Grota Funda, que tem causado vários acidentes, e considerando-se parecer de membro do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA) de que não há objeção para se completar o capeamento daquele pequeno trecho que coloca em risco os usuários, já que as retas o asfalto cobriu os paralelepípedos - o que já teria prejudicado as características originais da estrada se houvesse impedimento por

conta da preservação em tombamento -, faz-se indispensável a autorização da pavimentação daquele pequeno trecho.

As medidas ora propostas impedirão que novos acidentes ocorram na Estrada da Graciosa, evitando, assim, danos ao ambiente e novas vítimas, motivo pelo qual é indispensável o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de aprovar o presente projeto de lei que beneficiará a todos os cidadãos paranaenses e turistas dos demais estados da federação.

A fiscalização de trânsito ficará sob a responsabilidade da Polícia Rodoviária Estadual e do DER, sendo que este deverá sinalizar com placas a proibição de acesso à Estrada da Graciosa dos veículos maiores de 14,00 (quatorze) metros de comprimento e de altura máxima até 3,80 (três metros e oitenta centímetros).

PROJETO DE LEI Nº 310/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada a Escola Estadual Professor Aniz Domingos, no distrito de São Domingos no município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma homenagem ao Professor Aniz Domingos, nascido na cidade de Porto União em Santa Catarina, onde realizou os cursos na época chamados de primário, ginásial, normal e científico, era filho de pais libaneses, o Sr. Aniz Domingos e Sra. Sophia Hadad Domingos.

Formou-se como bacharel em Geografia e História, pela Universidade Católica de Filosofia de Curitiba e em Licenciatura Plena pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

Como professor de ensino secundário, atuou em várias instituições de ensino, entre as quais, o Colégio São José, em Porto União/SC, no Colégio Estadual Túlio França, em União da Vitória/PR, Colégio Estadual Cid Gonzaga, em Porto União/SC e no 5º Batalhão de Engenharia e Combate de Porto União/SC.

No magistério superior lecionou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória/PR, sendo um de seus fundadores.

Ressalte-se o fato de que foi membro do Instituto Histórico, Geográfico do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para denominação da Escola Estadual Professor Aniz Domingos, no distrito de São Domingos no município de União da Vitória/PR.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Enio Verri.

***Deputado Enio Verri (PT)***

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, nobres Deputados, Deputadas.

Quarta-feira passada o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve nos visitando no Paraná, anunciando o Plano Safra para os anos 2008/2009.

A sua presença nos fez retomar um grande debate sobre os olhos por que passa o estado do Paraná e o Brasil sobre os alimentos. Esta Casa tem feito um profundo debate sobre os destinos do nosso estado. Tanto a base do Governo como a Oposição, discutem de maneira profunda, muito sólida e com muita competência, diga-se de passagem, os destinos do nosso estado.

Olhamos o nosso desenvolvimento, olhamos a importância do estado, e às vezes precisamos avançar um pouco mais. Olhar a partir do Paraná como está o nosso país. Olhar a partir dos olhos de paranaenses que somos para onde caminha o nosso Brasil.

Quando o Presidente Lula assumiu, havia uma grande preocupação que eu não tinha - lógico, pois toda vida votei nele para Presidente da República - a preocupação de qual seria o futuro deste país, porque afinal de contas quem fazia Oposição a Lula apostava numa das duas coisas: uma, ele será incompetente no aspecto econômico e o país entrará num caos ou, outra, ele fará um bom processo econômico, mas as políticas sociais levarão o país ao caos.

Hoje, com mais de seis anos de Governo, quase seis anos de Governo, temos um quadro totalmente diferente. O país cresce, se desenvolve, a renda é distribuída, os principais jornais do estado do Paraná e do país, o que se lê nas primeiras páginas não é a falta de mão-de-obra qualificada, mas é a falta de mão-de-obra mesmo desqualificada, coisa que para nós economistas, nunca estudamos isto. O economista, quando ele vai para a sua universidade, ou nós professores de Economia, sempre procuramos discutir desenvolvimento econômico e geração de emprego. E hoje, graças a este Governo Lula, o país vê uma realidade totalmente diferente, uma realidade nova, de crescimento e desenvolvimento.

Entretanto, no momento em que este país avança, no momento que este estado avança, nós o vemos enfrentando um grande risco e um fato concreto que é a inflação no preço dos alimentos.

Um país ainda pobre, que precisa crescer muito, que precisa se desenvolver, tem, sem dúvida nenhuma, que se preocupar com aquilo que é básico e fundamental para a nossa população, que é o acesso à comida, que é o acesso aos alimentos.



E quando vamos analisar o motivo dos alimentos, costuma-se dizer: “Olha, isto é um problema, porque o Brasil está crescendo. A China e a Índia também. Mas tem um dado que é importante que paremos para pensar, um dado que não é novo, começa nos anos 80 já, no Brasil e no mundo, a especulação do mercado financeiro, o dito mercado de futuros. Se antes isso se dava via Bolsa de Valores apenas, se antes se dava isso apenas no mercado de juros, hoje o que nós temos? Hoje o alimento é o instrumento de especulação. Hoje a comida do povo mais pobre, que depois de muitos anos tem acesso à comida num país como o nosso, ou mesmo na Índia ou na China, ele está sujeito a um novo momento, onde o seu direito de sobrevivência é comprometido pela especulação do capital, pelo mercado de futuro.

É importante que se faça, a partir deste momento, uma grande reflexão, porque isso atinge diretamente o Paraná, analisar futuros. Embora isso seja importante para o capitalismo, seja importante para o lucro, nem sempre o que dá lucro, nem sempre o que é importante para o capitalismo é bom para o nosso povo!

Ouso dizer, normalmente o que dá muito lucro, normalmente o que é muito bom para o capitalismo, é ruim para o povo. E hoje o que estamos vivendo é esta prática concreta, não a Bolsa de Nova York, estamos vendo isso em Chicago, estamos vendo isso aqui em Curitiba, lá em Maringá, em Salto do Lontra, em Pitanga, onde for. Vemos a população tendo emprego, tendo salário melhor, vemos a população sonhando em melhorar de vida e, ao mesmo tempo, vemos os preços no supermercado, nas mercearias, no açougue, aumentando, todo dia, acima do poder aquisitivo dos trabalhadores.

É importante que nós Parlamentares, aqueles que têm uma visão crítica da sociedade que vivemos, façamos uma profunda discussão e possamos entender que, ou refletimos profundamente o destino deste país inserido neste mundo, ou passamos a entender o que acontece via OMC, o que acontece via o resto do mundo, ou nosso povo, mesmo com as políticas sociais do Presidente Lula, estará fadado à fome e à submissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã tivemos uma reunião da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar, uma reunião, a meu ver, foi muito proveitosa. Deputada Rosane, Deputado Pastor Edson, V. Exas. que participam dessa Frente também e nessa reunião tivemos a presença do Secretário da Agricultura, Walter Biachini, a presença do Secretário de Justiça, dos Diretores, assessores das Secretarias de Educação, do

Meio Ambiente, do Planejamento. Nesse debate que aconteceu junto com o CONSEA, o Conselho de Segurança Alimentar do nosso estado, conseguimos aprofundar algumas políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar. Houve também a participação das Secretarias, o que cada Secretaria hoje vem fazendo, quais as ações voltadas à Segurança Alimentar.

Um dos encaminhamentos dados nessa reunião, é a importância que no orçamento para o próximo ano passamos contar com o recurso destinado às políticas de Segurança Alimentar. Esse foi um debate bastante importante, porque cada Secretaria vai fazer um levantamento das suas ações com relação à Segurança Alimentar. E aí podemos prever, no orçamento do ano que vem, recursos para que possamos ir assegurando essas políticas. Mais do que isso, também, aprofundar o que podemos ir assegurando para que estas ações se tornem realmente políticas públicas que venham dar Segurança.

Sabemos que o Governador Roberto Requião vem desenvolvendo grandes ações voltadas à Segurança Alimentar, mas a partir do momento em que termina o Governo Requião, que segurança nós temos que o próximo Governo tenha também a preocupação de dar continuidade a estas políticas, que hoje ajudam a combater a fome e ajudam a levar alimentos para milhões de paranaenses que, infelizmente, ainda hoje precisam de apoio de Governo?

Foi um debate bastante aprofundado, com grandes encaminhamentos e um dos encaminhamentos é que agora no mês de outubro possamos fazer um grande encontro, colocando para que a população paranaense possa acompanhar, de perto, as ações que hoje são feitas no estado e que possamos também, já ter assegurado no orçamento do estado um recurso destinado às políticas da Segurança Alimentar. Junto com isso foi levantado uma carta que deve ser levada a todos os municípios do nosso estado, nesse momento em que temos o debate maior voltado as eleições municipais, queremos que esta carta seja levada a todos os municípios e que possa acontecer o debate no município de qual é o compromisso que os candidatos tem com relação a questão da Segurança Alimentar. Queremos que os debates aconteçam e que sejam colhidas assinaturas com os compromissos de que depois de eleitos esses candidatos possam ter ações no município.

Hoje quando falamos em Segurança Alimentar, não estamos falando que isso é compromisso apenas do Governo Federal ou do Estadual. Estamos falando que a Segurança Alimentar começa lá no município. Por isso que o debate precisa acontecer no município. E nesse momento que se discute quem serão as pessoas que vão comandar os municípios nos próximos quatro anos, é muito importante que esse debate aconteça, que seja provocado o debate do que significa Segurança Alimentar, que vai muito além de apenas pensar a comida na mesa daquelas pessoas que não tem hoje. Mas vai a discussão

da Saúde, vai com relação a geração de empregos, de discutir a profissionalização das pessoas, na questão de discutir um alimento saudável.

E aí envolve também a questão do meio ambiente, de que forma chega o alimento na mesa dos brasileiros, que segurança se tem nesse alimento. Então, se discute a questão ambiental. Quero agradecer a todos os Deputados que compõem a nossa Frente Parlamentar, agradecer ao Pastor Edson, Deputada Rosane, Deputado Péricles, Deputado Cheida e Deputado Zucchi. São os Deputados que fazem parte dessa Frente e que estão preocupados com nosso estado, são Deputados que querem também levar essas mensagens lá nos municípios todos do estado do Paraná e que estão somando conosco para que possamos, não só passar por este Parlamento, mas sim deixar marcas que possam mudar a vida das pessoas, em especial aquelas que mais precisam de apoio, seja do Governo do Estado, do Governo Municipal ou seja do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna no dia de hoje, até para fazer alguns esclarecimentos, porque na tarde de ontem os cinco membros da Comissão Especial iria inquirir os candidatos ao cargo de Conselheiro. E como naturalmente existem várias correntes de pensamento nesta Casa, até porque se é uma casa política, é natural que existam diferenças, se todos pensassem igual seria uma seita religiosa, não seria nem uma Igreja, porque mesmo na Igreja existem pessoas que pensam diferente. Na democracia temos que pensar as diferenças e respeitar o papel de cada um.

Por que faço essas colocações? Porque desde a questão de ordem, quando do processo de seleção dos membros desta Comissão, no sorteio que foi feito e acabei sendo incluído como membro desta Comissão, muitas questões vêm a tona, principalmente na imprensa. Acho que a imprensa tem que ter acesso, Não um ou outro meio de comunicação que tem que ter informação privilegiada desta Casa. Afinal de contas, todos têm o papel de informação. Mas em especial um jornal, que não vou citar o nome, no dia desse sorteio fez uma matéria em cima do pronunciamento da questão de ordem, o fundamento que colocávamos do Regimento. E logo abaixo fazia uma matéria sobre os candidatos do pleito deste ano que não tinham comparecido. E lá no mesmo jornal, na mesma folha, em cima falava do meu pronunciamento, da minha participação na Assembleia, e logo abaixo fazia uma matéria da minha ausência.

Nesse final de semana, mais precisamente no sábado, recebi uma ligação deste mesmo jornal querendo saber o motivo das minhas - não sei se são nove ausências, porque tinha ausências comprovadas seis e mais nove que não tinha comparecido para votar. Falei: bom, se eu não compareci na Assembleia, lógico que no momento da votação também não compareci. Perguntou: “Mas você não comunicou à Mesa?” Falei: olha, toda vez que eu não estou na Assembleia ou estou em alguma Comissão, ou estou viajando a serviço da Assembleia, ou a serviço do Parlamento. Mas se a Assembleia autoriza, você também tem que comunicar a justificativa. Até fui indelicado com a pessoa do outro lado, depois até pedi desculpas, porque ela estava fazendo uma pauta que foi orientada. Falei: olha, todas as vezes que não estou na Assembleia, tenho uma justificativa.

Da mesma forma que ontem o Deputado Antonio Belinati, aliás, com toda a propriedade, ele e o Deputado Jocelito, que são Deputados que possivelmente têm 100% de frequência no plenário, questionavam a ausência de alguns Deputados. Naquele exato momento estávamos numa discussão que engrandece este Parlamento, com o Presidente da Casa, com o 1º Secretário, com o Líder da Oposição, com o Líder do Governo e com os Deputados que faziam parte dessa Comissão. O que queríamos saber? Se essa Comissão tinha ou não o poder de vetar algum candidato, ou se era uma Comissão para formalizar as candidaturas apresentadas. Chegamos à conclusão que realmente essa Comissão, existe no Regimento para observar cada candidato se preenche; primeiro, o requisito pessoal de 35 anos de idade, depois os requisitos formais do cargo de Conselheiro, que é de notório conhecimento, mais de 10 anos de atividade contábil, administrativa, ou jurídica. Enfim, alguns requisitos para que esse parecer dessa Comissão possa vir a Mesa Executiva, e possa, quando os Parlamentares do Plenário que têm incumbência de escolher o Conselheiro, saber que todos aqueles que serão apresentados em Plenário passaram pelo critério de ser candidato ao cargo, estão revestidos das características pessoais e formais para o cargo de Conselheiro. Tudo isso não está pronto, porque se estivesse pronto o Presidente chegava lá e dizia: “Olha, a função de vocês é essa.”

Acho que é justamente no debate, essa reunião começou às 14h, não poderíamos terminar essa reunião sem a conclusão, respeitando as diferenças.

Digo para todos os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e à imprensa aqui presente, essa reunião terminou por volta das 17h de ontem e chegou num bom termo, em que a Comissão decidiu que realmente o papel era somente inquirir e passar aos Parlamentares que são quem verdadeiramente vão vetar ou escolher o Conselheiro, que todos aqueles que vierem para a votação em Plenário, requeiram a característica que é necessária para qualquer Conselheiro para o Tribunal de Contas.

Faço essa colocação até para justificar a ausência do Líder do Governo, do Líder da Oposição, de V. Exa.,

do 1º Secretário e os outros Parlamentares, o Deputado Plauto, o Deputado Péricles de Mello, que estava presente naquela ocasião. Também já esclarecendo principalmente à imprensa, que todos os candidatos que se apresentam, dos inscritos, apenas um não se apresentou à Comissão. Apenas um. Tivemos que protelar até às 17h do dia de hoje para que ele comprove se tem aquele requisito, objetivo de 10 anos, ou na experiência administrativa, ou jurídica, ou contábil de Administração Pública. Quando vieram as listas dos candidatos, o Plenário vai poder votar com todos aqueles que se revestiram da característica constitucional e regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo

orador inscrito Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sei que essa Casa tem temas importantíssimos a serem tratados. Tenho procurado pautar a minha conduta com base e princípios que tenho, desde quando era criança herdados pelo meu pai. Queria dizer a V. Exas. que ela tem estado de forma absolutamente presente na vida pública desse estado e quero saudar a todos os Deputados de Oposição, Situação, por conta da conduta responsável que cada um está tendo e que deverá continuar tendo, no momento em que temos que reconhecer que essa Casa tem estado sob ataque.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que cada um e cada uma aqui tem que manter a serenidade, manter a mesma segurança com que trata os assuntos de relevante interesse público, de reconhecer que temos grandes desafios para superar as adversidades. Mas ao mesmo tempo, temos que respeitar o regime democrático. O regime democrático, pressupõe estes momentos de conflitos, momentos de discussão pública. Momentos que muitas vezes quantos não se sentem profundamente injustiçados e estão sendo de forma vil e injustiçada, por conta daqueles que para caluniar não medem as consequências.

Por isso o meu respeito a essa Casa aqui, a Assembleia Legislativa é um instrumento da democracia do nosso estado e do nosso país. Esta nossa Assembleia é composta por pessoas dos mais diversos matizes ideológicos aqui, da Esquerda à Direita. Mas sobretudo, é composta por pessoas que têm aqui uma mesma raiz que é a da democracia.

Dizia a pouco o Deputado Elio Rusch. Em 1985 foi justamente graças à ruptura do Instituto de Fidelidade Partidária que nós pudemos estabelecer nesse país novamente a democracia, porque foi quando a Frente Liberal pertencia e integrava o PDS rompeu com o regime militar e elegeu o Presidente Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. E aí nós tivemos, um pro-

cesso muito rico nesse país, ainda em 1985, de poder votar leis essenciais que alteraram a Constituição e criar as condições do restabelecimento pleno das liberdades democráticas, da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e das mudanças estruturantes em relação à cidadania em nosso país.

Por isso que temos que reconhecer que a democracia, ela tem de fato, esses momentos, essas inflexões. E nós que lutamos pela liberdade de expressão, às vezes nos dói ver as campanhas que são feitas contra esta Casa, contra Parlamentares, homens e mulheres de bem que lutam para poder de fato fazer valer os interesses daquela parte da sociedade que os elegeu.

Por isso quero Sr. Presidente registrar nesta Casa o meu posicionamento a favor dessa Casa, a favor desse Parlamento. Quero registrar também, Sr. Presidente, da mesma forma, a minha satisfação em ver a conduta que V. Exa., como Presidente desta Casa vem tendo, de forma serena, firme, correta, sem se afastar um milímetro daquilo que é certo e correto, sem transigir com os princípios que V. Exa. tem, da cordialidade, mas ao mesmo tempo dos princípios que regem sua vida, sua conduta ética, pautada pela moral e pela conduta de uma pessoa de bem. E a toda a Mesa Diretora, todas as Lideranças Partidárias, porque muitas vezes temos que enfrentar as adversidades. Mas, todos nós sabemos, que aqui os homens e mulheres que chegaram, chegaram justamente por terem firmeza, coerência e respeito da sociedade e daqueles que vieram representar.

Por isso, viva a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná! Viva a democracia! E viva a liberdade, porque isso é fundamental para que possamos continuar respirando um clima em que nós possamos, cada vez mais, ter justiça, neste estado e neste país.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, telespectadores, amigos visitantes.

A grande preocupação da classe trabalhadora, dos aposentados, servidores públicos, do povo de baixa renda e da população pobre deste país, continua sendo, sem dúvida alguma, o ritmo acelerado do processo inflacionário, que na nossa opinião só é bom para os especuladores, para os grandes capitalistas. Mas, quem tem reajuste salarial apenas uma vez por ano - e tem setor de trabalhador que não tem aumento nem uma vez por ano, não chega a ter nem a correção da inflação - aconteceu aqui no Paraná, o Governador Roberto Requião deu um aumento de 5% para o funcionalismo, não é nem aumento, seria uma reposição de apenas 5%, quando a taxa de inflação

média do IBGE, de 12 meses para cá, já está na casa de 10%.

E se Deus socorrer o Brasil, vai ter jeito. Caso contrário, não vamos culpar ninguém, se é do Ministro da Fazenda, do Lula, mas esta inflação, este aumento do custo de vida, não é bom para os trabalhadores brasileiros, não é bom para os aposentados, não é bom para quem tem seu dinheirinho contado. Só é bom para os grandes exploradores do povo, como Abílio Diniz, dono do Pão de Açúcar, que está na lista dos homens milionários, dos homens mais ricos do mundo.

Eu gostaria, um dia, de chegar aqui para elogiar o Sr. Abílio Diniz, se ele baixar o preço da comida que está na prateleira da rede de supermercados Pão de Açúcar. Mas, será que ele vai ter este gesto de compreensão, de camaradagem com o povo brasileiro? Aqui! Não acredito não! Não acredito! Infelizmente. Mas, que a comida está cara, está. E é por isso que homens como Abílio Diniz, e outros homens, estão na lista não dos milionários, mas dos grandes milionários do planeta Terra, como está Antonio Ermírio de Moraes. Eu volto a insistir: Sr. Antonio Ermírio de Moraes, o senhor está na reta final da vida. Baixe o preço do cimento, homem de Deus! Tem tanta gente que quer fazer um quartinho a mais nos fundos da sua casa, ou do terreno da sogra, do sogro, e não dá para fazer, porque o preço do cimento está um absurdo! Mas o homem lá, o Sr. Antonio Ermírio de Moraes, também está na lista dos milionários. Aí vem o grupo Carrefour e, para quem não sabe, a palavra Carrefour quer dizer trevo e, originariamente, o grupo francês construía as lojas do supermercado Carrefour sempre no trevo de uma rodovia, mas hoje a rede se expandiu tanto pelo mundo que perdeu essa característica, mas me lembro que o grande tchan do Carrefour, quando se instalou no Brasil, é que nenhum concorrente batia os preços do Carrefour. Ele enfrentava todos os concorrentes e devolvia a diferença para o cliente. Mas, isso foi lá atrás, porque agora o grupo francês também está indo com muita sede ao pote e, descaradamente, o Carrefour também está entrando no cartel dos combustíveis. E como está caro o combustível em Curitiba!

Outro dia estava reparando nas placas dos postos de combustível em São Paulo e lá a gasolina está R\$ 2,19, R\$ 2,20 ou R\$ 2,15, na capital de São Paulo e aqui, de vez em quando, parece que para fazer uma “fusquinha”, um proprietário para o outro, ele joga o preço bem baixo para provocar o concorrente que está na mesma rua, a poucos quarteirões: “Se você baixar, eu aumento aqui”. Então, o resultado é que o povo de Curitiba está sendo escancaradamente explorado por esse cartel e, infelizmente, até o grupo francês do Carrefour entrou nessa coisa, que pode ser legal, mas é imoral.

Acho até, Presidente Nelson Justus, que caberia ao povo, que já está se manifestando no Brasil, em boicotar alguns produtos em supermercados, o que parece que acaba não dando em nada, mas acho que quando tem aquela plaquinha no posto de R\$ 2,59, ali parece que e a

bandeira dos líderes do cartel do combustível para tomar o dinheiro do nosso povo. É inadmissível que um litro de combustível aqui na capital, tão perto da refinaria de Araucária, esteja custando em média 20% mais caro do que nos outros grandes centros do Brasil. Vinte por cento mais caro! E volto a insistir que é um cartel organizado para enfiar a mão no já vazio bolso da maioria do povo brasileiro. E como é triste ver o próprio Carrefour, grupo poderoso, hoje a maior rede de alimentos do mundo, também estar nessa coisa triste e imoral contra os seus clientes, jogando o preço do combustível lá nas alturas e contribuindo para aumentar a inflação, que judia, que maltrata e que faz o nosso povo assalariado sofrer muito, porque o salário não está subindo e a aposentadoria uma vez ao ano.

Por isso, Sr. Presidente, se é que não vão tomar providências para acabar com esse cartel, mas pelo menos enquanto tivermos voz, vamos perder votos de alguns exploradores do povo, sim, vão ficar contra a nossa carreira política, mas podem ficar contra, porque vamos ficar ao lado do consumidor, ao lado do povo paranaense, que não suporta mais essa grande exploração que estamos vivendo. E aliás, ainda ontem o Jornal Nacional da Rede Globo mostrou que com o dinheiro que agora você compra apenas um quilo de arroz, há 12 meses, com o mesmo dinheiro você comprava um quilo e 600 de arroz. O mesmo Jornal Nacional, carro chefe dos telejornais nas noites do Brasil, a Rede Globo mostrou que há 12 meses, Deputada Rosane, com o dinheiro que a senhora ia ao mercado e levava dois quilos e meio de feijão para casa - não é afirmação minha, é levantamento que o Jornal Nacional constatou - há 12 meses, com o dinheiro que você levava dois quilos e meio de feijão para casa, apenas 12 meses depois você leva um pacotinho de um quilo. Será que querem impedir o povo até de comer, meu Deus do Céu? Porque é o que está acontecendo! O povo vai se alimentar mal, não vai comer o necessário, não vai comer o suficiente, e os donos de supermercados cada vez mais poderosos, ganhando os milhões e disputando entre eles quem é que sai mais bonito na fotografia da revista Forbes, para ser apontado como um dos grandes bilionários, dinheiro ganho à custa da barriga vazia da grande maioria da classe trabalhadora do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há dias atrás, nós tivemos aqui duas ou três intervenções no Plenário questionando as ações, Deputado Péricles, da Polícia Federal, e obviamente fazendo uma reflexão se a Polícia Federal não estaria exorbitando das suas tarefas. Nós inclusive comentamos, Sr. Presidente,

que a Polícia Federal fez e faz todos os seus procedimentos, principalmente aqueles que têm sido objeto até de reportagens em televisões, em rádios, em jornais, as prisões são feitas sempre a partir do mandado judicial.

E não foi diferente hoje, quando nós tivemos a prisão de diversas pessoas numa operação realizada nessa madrugada pela Polícia Federal, três delas bastante conhecidas, o Sr. Naji Nahas, que para quem não lembra era o maior especulador na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com as ações da PETROBRAS, fato esse que levou praticamente a Bolsa do Rio de Janeiro a quebra, que hoje não tem mais a dimensão que teve na década de 80.

Outro que é bastante conhecido é o Sr. Celso Pita que foi Prefeito da cidade de São Paulo, está envolvido também numa série de denúncias, não sabemos até que ponto essas denúncias são ou não verdadeiras, mas enfim, são denúncias que vêm sendo já há algum tempo investigadas pela Polícia Federal, e foi preso por estar, segundo as matérias que saíram nos jornais - envolvido com uma quadrilha que fazia lavagem de dinheiro e levava esse dinheiro para fora do país, alguns milhões de dólares.

E o terceiro que me chamou mais a atenção, justamente por ser uma figura talvez das mais conhecidas, o banqueiro Daniel Dantas. O banqueiro Daniel Dantas é o banqueiro que é o dono do Banco Opportunity, Banco que participou praticamente de todo o processo nos últimos 20 anos das privatizações no Brasil, participou de todos os processos, 15 ou 20 anos, que envolveram os recentes Governos nas disputas societárias que foram feitas por grandes empresas. E eu gostaria de relembrar apenas algumas delas, uma delas que ficou bastante conhecida, Sr. Presidente, é o caso do BANESTADO, aonde o Opportunity também esteve envolvido, o BANESTADO que foi considerado o Banco que fez a maior lavagem de dinheiro do mundo por conta de tudo aquilo que se apurou, não aqui no Paraná, mas principalmente na CPI Nacional que infelizmente terminou de uma forma melancólica, e a Polícia Federal depois de cinco ou seis anos, quatro anos e meio, faz diversas investigações e chega à conclusão que o Opportunity estava também envolvido nesse caso que hoje está sendo denunciado. A privatização do sistema TELEBRAS, principalmente esta. Para quem não lembra, o Sr. Daniel Dantas foi aquele que, num determinado momento, fez uma disputa muito pesada e intensa com o ex-Ministro e, depois, Presidente do BNDES, Mendonça de Barros, Ministro das Comunicações no Governo Fernando Henrique Cardoso, com diversas gravações feitas à revelia e entregues à reportagem. Isso tudo porque fazia uma disputa pelo sistema de telecomunicações.

O Sr. Daniel Dantas fez isso com os fundos de pensão, fez isso, também, quando o Delegado Geral da Polícia Federal, Vicente Chellotti, acabou perdendo seu cargo em função de denúncias feitas. O Sr. Daniel Dantas está envolvido, de alguma forma, com as escutas telefônicas feitas pela Kroll. Deputado Enio Verri lembra, estava em

Brasília à época em que a Kroll fez, de forma absolutamente ilegal, escutas telefônicas em diversos Ministérios, inclusive ao Ministro na época, Ministro Gushiken, porque entendia que ele tinha relações com os fundos de pensão e deveria ser chantageado para que os fundos de pensão, particularmente o PREVI, o FUNCEF e o PETROS pudessem interferir favoravelmente para os interesses do Sr. Daniel Dantas.

Lembro que a Kroll é a mesma empresa que fez a investigação da COPEL e numa situação que até hoje não temos resolvida, que foi aquela que, na sequência das investigações, apontou o Banco Santos como um Banco que tinha interferência no Fundo de Previdência dos Servidores da COPEL. Nessa operação foram presas algumas dezenas de pessoas e, hoje, obviamente, que no processo é que vamos ter conhecimento do que significa de fato essas prisões, se de fato essas pessoas vão ou não restar como culpadas e se vão, na sequência, serem punidas.

O que me chama a atenção é o fato do Citibank, que é um dos Bancos que está envolvido no processo de privatização, provavelmente um dos maiores Bancos do Século XX, do século XXI, porque tem US\$ 1 trilhão de patrimônio, ter bancado o Sr. Daniel Dantas no processo de privatização com US\$ 1 bilhão, para que o City ficasse em condições de comprar, tanto empresas de telecomunicações, como empresas de diversas outras áreas. Acho que a TIM, a BrasilTelecom, empresas que estiverem envolvidas nesse processo junto com o Opportunity, a Pirelli esteve envolvida, também, nesse processo, ela que é a dona da Telecom Itália, acho que é interessante lembrarmos, porque esse processo todo, Srs. Deputados, foi um processo que durante muitos anos foi questionado por diversas pessoas no Brasil, porque sempre foi colocado de lado.

A Polícia Federal fez, aqui, um trabalho que, durante dois anos, investigou. Coisa que a Polícia Federal não tinha autonomia para fazer em tempos recentes. Durante dois anos, a Polícia Federal vem fazendo essa investigação, fez todo levantamento do que significou o Banco Opportunity nas privatizações recentes que ocorreram no Brasil, o que significou o Sr. Daniel Dantas. Lembro que o Banco Opportunity, por meio dos fundos que participava, era um dos associados do capital da empresa de saneamento do Paraná - SANEPAR - e que depois, posteriormente, saiu da SANEPAR, mas é importante vermos que quando há interesse e quando há condições políticas, as Polícias, seja a Federal, sejam as Estaduais, que possam trabalhar, elas têm resultados que sempre são a favor da maioria da população.

Acredito que hoje estamos não vivendo um dia histórico, mas vivendo uma situação diferenciada no nosso país. Deputado Stephanes, recentemente comentamos que neste país apenas as pessoas do extrato social menos favorecido é que iam presas. Neste país, durante muitos anos, mexer com banqueiro, com grandes empresários, com grandes especuladores, ou com grandes proprietá-

rios, era um tabu que não se fazia, em hipótese alguma, nenhuma menção a essas pessoas, quando envolvidas em atos de improbidade. Entretanto, o que estamos vendo, desde a madrugada de hoje, e o que ainda vamos assistir nos desdobramentos seguintes, Deputado Belinati, é que aqueles que usam o Poder Público, o espaço público e que se apropriam do dinheiro público, Deputado Praczyk, ponham as barbas de molho. Porque pode levar um, dois, três, quatro anos, mas em algum momento estarão sujeitos também a serem atingidos por ações, como essa desenvolvida pela Polícia Federal, pelo Governo Federal, pelo Ministério da Justiça no dia de hoje.

## ***Passa a usa o horário da Liderança do PT***

Acredito que aquilo que foi comentado na semana passada sobre os exageros, sobre o caráter muitas vezes cinematográfico espetacular, a crítica que era feita, inclusive, pelo Ministro de um Tribunal Superior, a Polícia Federal, hoje, talvez, esteja sendo revista. A Polícia Federal está tendo toda a liberdade para investigar quem quer que seja. Algumas agências colocam hoje que essas prisões e essa ação ainda são um desdobramento das investigações feitas sobre o caso e a CPI que se consignou como sendo mensalão. Tendo portanto o envolvimento e acusações feitas pelo Ministro Barbosa, de diversas pessoas, inclusive ligadas ao nosso Partido dos Trabalhadores, ligados ao nosso Governo, do Presidente Lula, que até hoje não foram apuradas, mas que se houver probabilidade, não tenho a menor dúvidas de que serão apuradas também, mas que mesmo envolvendo pessoas, Deputado Péricles, o Governo ou investigações do Governo, ainda assim a Polícia Federal teve toda a liberdade para fazer essas investigações.

Falo isso porque nos anos do Governo Luiz Henrique Cardoso não vimos nenhuma ação da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, do Procurador Geral da República, que pudessem, em algum momento, esbarrar em qualquer tipo de pessoa que estivesse vinculada, direta ou indiretamente, ao Governo. Parecia que aqueles que estavam no Governo não podiam ser tocados, não podiam ser investigados. O que vemos hoje é que pessoas que tiveram envolvimento, seja com este ou com Governos anteriores, com os fundos de pensão, sejam eles de estatais ou não, com o sistema financeiro, seja privado ou público, mas que de alguma forma se beneficiaram através de atos ilícitos, estão sendo investigados, presos e espero que sejam punidos. Porque é inadmissível que continuemos achando que algumas pessoas em nosso país estão com o poder econômico acima de qualquer tipo de Justiça.

Faço aqui essa intervenção, porque acredito que o nosso partido, Deputado Péricles, do qual o senhor é Líder aqui na Assembléia Legislativa sempre se pautou, por dizer que queríamos que todas as denúncias fossem investigadas, fossem elas de quem fosse e atingissem

quem atingisse. Acho que o momento é novo na vida nacional. A população brasileira, dos nossos estados, das nossas cidades, não aceita mais conviver com denúncias que acabam sendo feitas e muitas vezes colocadas de lado, porque há uma intervenção maior, de setores mais poderosos, e por serem mais poderosos não podem ser atingidos.

Pela primeira vez, Deputado Plauto, estamos vendo nos tempos recentes, tivemos casos semelhantes, como o Banco Santos, mas não com magnitude que tem essa ação que tivemos hoje a Polícia Federal. O Sr. Dantas, o ex-Prefeito Celso Pita e o Sr. Naji Nahas, que são três pessoas importantes na vida recente nacional, estão sendo investigadas, estão presas. Pode ser que não lhe reste nenhum tipo de culpa e não sejam punidas por isso, mas nesse momento estão presas e vão responder por diversas acusações que lhes fazem da Polícia Federal.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

### **O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)**

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, Deputado. Vejo que V. Exa. traz à tona uma discussão do que estamos vendo no dia de hoje.

Vou votar um pouco atrás e lembrar do que vimos. Vimos a Polícia Federal também, a um curto prazo de tempo, prender o Presidente e os Diretores da empresa Schincariol. Falar das famílias que compõem aquela loja, boutique famosa do Brasil, a Daslu, que também segundo aquilo que a grande mídia mostrou, sua dirigente acabou sendo presa por subfaturar as mercadorias que comprava no exterior e vendia no Brasil. Mas quero lembrar também que naquela questão do mensalão, que o senhor aqui citou, não vi punição para determinadas pessoas que estavam naquela denúncia, pois ficou claro que elas fizeram a lavagem do dinheiro. Dinheiro público que saiu dos cofres do Governo Federal e foi para a empresa daquele careca que se chamava Marcos Valério. Até hoje não vi nem uma punição, ele foi o pivô da retirada dos recursos públicos, dos cofres do Governo Federal e esse dinheiro, uma parte foi para partidos políticos, outra para Deputados. E até hoje não vi nenhuma punição ao tal do Marcos Valério, que teve nas contas da sua empresa a passagem de milhões e milhões de reais, que foram destinados para partidos políticos e até hoje ninguém mais fala dele. Parece-me que foi colocado de reserva e a Polícia, o Ministério Público parece que saíram daquela investigação e punição nenhuma.

### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado Deputado Plauto. Apenas para lembrarmos que todos aqueles que foram citados na denúncia feita pelo Ministério Público e acatada pelo Procurador Barbosa, todos estão sendo processados.

Sabemos que há uma série de entraves muitas vezes, de recursos que se fazem. Agora, não tenho dúvida que assim como o senhor, nós também temos a expectativa que aqueles que tiveram responsabilidade e que

tenham se beneficiado de recursos de forma ilegal, serão punidos.

Só espero que não tenhamos uma situação lamentável, como vimos recentemente aqui no estado do Paraná quando o Sr. Celso, Procurador também, não conseguiu levar a frente determinados processos porque prescreveram. Espero que nenhum processo prescreva, que a Justiça seja mais ágil, tenha mais condições. Agora, me parece que mesmo com essas preocupações, o que estamos vendo hoje, há um novo momento na vida nacional. Não tenho dúvida que essas pessoas que tiveram envolvimento em ilícitos vão ser responsabilizados pelos seus atos. Porque, se pessoas como o banqueiro Daniel Dantas, estão sendo presos, como o Sr. Naji Nahas que há 30 anos fazem especulação no Brasil, estão sendo presos, como o ex-Prefeito Celso Pita, não serão Deputados ou ex-Deputados que deixarão de ser ao seu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente, com a palavra, Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna nesta tarde para falar sobre três assuntos. O primeiro assunto trata-se de estradas. Porque já ouvimos por diversas vezes, pronunciamentos aqui na Assembleia Legislativa, a respeito das estradas pedagiadas do estado do Paraná. Fala-se tanto em pedágio, já apresentamos tantos projetos para tentar baixar o valor das tarifas dos pedágios no nosso estado e já ouvi também pronunciamentos, principalmente do Líder do Governo, Deputado Romanelli, sobre os problemas e sobre as questões das concessionárias do nosso estado. Mas, me parece que estão esquecendo das responsabilidades de dentro de casa, porque o Governo do Estado do Paraná tem responsabilidade, sim, sobre as vias, sobre as estradas, as rodovias que ainda são públicas.

Nestes últimos dias estive na região do norte pioneiro visitando as cidades de Wenceslau Braz, Siqueira Campos, fui a São José da Boa Vista, voltei a Arapoti e a Jaguariaíva.

Deputado Malucelli, uma vergonha a situação das rodovias que ligam todas essas cidades, sem sinalização, o asfalto, o escoamento de toda produção é impraticável. E eu perguntando para as pessoas, cidadãos daquelas cidades: quem é o Deputado mais votado nesta região? Aqui, em Arapoti, em Wenceslau Braz? E para minha surpresa eles me falaram que foi o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Aí eu disse a eles: olha, acredito que o Deputado Romanelli, como Líder do Governo, tenha sim puxado a orelha do Secretário dos Transportes, tenha sim chamado a atenção para os problemas das rodovias nesta região, conversado com o Governador Roberto Requião, porque o Líder do Governo tem maior acesso ao nosso Governador. Se o Deputado Romanelli não tiver acesso ao Governador, eu não sei quem tem.

Mas, dois anos antes de me tornar Deputado Estadual, eu estive naquela região e a reclamação era a mesma. Já estou aqui na Assembleia há um ano e meio e a desculpa é a mesma: estão fazendo as licitações. Mas estão fazendo licitações, e é para já, é para o mês que vem, e aí se passaram três anos e meio e absolutamente nada.

Então, Deputado Luiz Claudio Romanelli, gostaria muito de conversar com V. Exa. e ouvir, inclusive, o seu aparte, porque hoje vamos discutir bastante aqui na Assembleia. Não é só naquela região. Em Ponta Grossa, o trecho que liga a cidade de Ponta Grossa a Teixeira Soares está terrível, uma verdadeira vergonha, sem nenhum tipo de sinalização e o asfalto completamente precário.

Portanto, vamos falar, sim, sobre os problemas do pedágio no estado do Paraná. Vamos. Eu sou companheiro, apresentei aqui um projeto, Deputado Douglas Fabrício, um projeto que foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa que previa meio pedágio para os estudantes em trânsito, para quem estuda numa cidade e tem que passar todo santo dia pelo pedágio, receberia o benefício de pagar meio pedágio. Isto já está previsto, inclusive, em legislação federal. Foi aprovado aqui. Agora, para nossa surpresa, quando chegou no Palácio, o nosso Governador vetou.

Já estou notando que nesta Sessão vamos acabar nos estranhando politicamente, Deputado Romanelli, porque o senhor é extremamente competente, é um grande Deputado para defender as causas do Governo, o senhor é muito inteligente, muito preparado e nisto eu preciso me render e dizer que realmente o senhor tem uma posição de destaque, graças à sua inteligência.

Mas não posso concordar com V. Exa. quando o senhor apresenta um projeto que, inclusive, está na pauta de hoje, um projeto cabeludo, um projeto terrível, de nº 705/07, que revoga uma lei de transferência, que vai revogar uma lei que divulga quanto o Governo está gastando em cada propaganda de jornal, é uma lei que já está em vigor, já está funcionando! E é uma lei muito boa, Deputado Romanelli, portanto hoje, com certeza, estaremos discutindo ainda no momento dos encaminhamentos desse projeto, mas a minha opinião é de que ela não pode ser revogada em hipótese nenhuma! Nós apresentamos 10 projetos para a transparência dos gastos públicos, em publicidade, do Governo do Estado, 10. Ou foram vetados, ou caíram nas Comissões, ou não foram aprovados, 10! Agora, a única lei que está funcionando, que está em vigor, o Governo do Estado do Paraná quer revogar, na

verdade é encobrir o que se gasta nos meios de comunicação!

Concedo o aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Marcelo, agradeço o aparte e quero falar da questão do pedágio que V. Exa. se referiu e das estradas. Eu não era Deputado aqui ainda e viajava por este Paraná afora pelo SEBRAE e vimos as dificuldades que têm essas estradas que ligam os pequenos municípios. As grandes estradas foram pedagiadas e o pedágio é muito caro, muito alto o preço do pedágio e aquela conversa, lá atrás, que o pedágio ou baixa ou acaba, foi uma farsa, porque não baixou, não acabou. Fica uma briga entre o Governo e as concessionárias e o povo paga o preço. Participei agora, na semana passada, de um debate sobre isso na TV SINAL, aqui da Assembléia, inclusive os representantes das concessionárias, infelizmente, não veio para o debate. Nós ficamos lá conversando entre Deputados e não chegamos a conclusão nenhuma porque o Governo fica brigando na Justiça, não sentam à mesa para discutir os preços, nem as concessionárias cedem e mais uma vez o povo perde. Mas é bom lembrar, que tudo isso acontece porque o Governo, lá atrás, começou essa briga do pedágio dizendo: "Ou baixa ou acaba!" Arrumou uma confusão que prejudicou o povo do Paraná. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, é com relação as estradas vicinais, aquelas que ligam pequenos municípios, realmente estão ficando cada vez piores. É verdade também que o Governador fez um esforço para arrumar algumas estradas, mas ele fez algum esforço antes da campanha, depois da campanha, depois que ganhou a reeleição parece que esqueceu. Na minha região, também têm estradas que estão com o mato tomando conta da pista, têm falta de sinalização. Posso citar o exemplo de Campo Mourão até Araruna, é um dos exemplos, têm outros para citar.

Realmente, V. Exa. tem razão de fazer esta cobrança, precisamos que os Deputados cobrem do Governo e que o Secretário dos Transportes se preocupe em cuidar dos pequenos municípios, porque daqui a dois anos terá outra eleição para Governador, para Senador, essa eleição que daí esses Secretários, esse povo que está no Governo, se preocupa muito em atender a população.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Agradeço Deputado Douglas Fabrício, agora gostaria de ouvir o Líder do Governo, Deputado Romanelli.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Prezado Deputado Marcelo Rangel, gosto de ver V. Exa. na tribuna, eu o considero V. Exa. muito inteligente, bem articulado. Digo mais, V. Exa. não chegou aqui por favor de ninguém, não é herdeiro político de ninguém, chegou aqui por seus próprios méritos. Admiro muito este trabalho que V. Exa. fez, mas quero recomendar a V. Exa. que sempre vai a região dos campos gerais,

que vá também até Arapoti. Então, V. Exa. deve ter percebido que a rodovia a que V. Exa. se referiu, Jaguariaíva a Arapoti, está em obras.

Deve ter visto que há uma empreiteira trabalhando na rodovia fazendo a recuperação, a restauração do pavimento, é um contrato com a Compaza no valor de R\$ 12 milhões e 500 mil. Inclusive, é uma obra de recuperação muito cara por conta que é problemático de fato aquele trecho. Mas a empreiteira contratada Exa. já está executando a obra. Quem foi para o norte pioneiro - conversava ainda a pouco com o Deputado Reinhold Stephanes, ele retornou ontem da região - já viu a empreiteira trabalhando na recuperação do trecho. O trecho está sendo recuperado.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Wenceslau Braz a Arapoti, também.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

O trecho de Wenceslau Braz a Arapoti que V. Exa. sabe que tenho a honra de apresentar, tanto Arapoti, quanto Wenceslau Braz também é um trecho que já está com o procedimento licitatório em andamento. Só não foi contratado ainda, porque para nós era prioridade do ponto de vista da recuperação, o trecho que havia entre Arapoti e Jaguariaíva, que era absolutamente prioritária. Mas, esse trecho já está em obras, agora é o próximo trecho.

Hoje, a Folha de Londrina cometeu do ponto de vista do jornalismo um péssimo exemplo, pegou a BR-092, inclusive nos trechos que ela não tinha absolutamente nada a ver, fez uma matéria. Como sabemos, que quem é o norte pioneiro, por exemplo sabe, que as nossas rodovias que estavam destruídas, elas estão inteiramente restauradas. As nossas rodovias não existiam mais. Hoje as rodovias estão em excepcional condição e só não estão em melhor - e algumas são preocupantes como a BR-090 - por conta, que o setor de transporte desvia do pedágio, caro, absurdo, abusivo, que temos no Paraná, por outras rodovias, que exigem maiores manutenções. Lamentavelmente, o senhor sabe, privatizaram, deram de presente para as empreiteiras, manipularam de tal forma as licitações, fizeram esse contrato que não conseguimos romper com as concessionárias. Já arrecadaram mais de R\$ 6 bilhões com só 500 quilômetros de rodovia duplicada que temos no estado do Paraná. Estão estrangulando o desenvolvimento do nosso estado.

V. Exa. sabe disso, crítico como é o Deputado Douglas Fabrício. Queria dizer o seguinte: também o projeto de lei vamos discutir no tempo certo. Mas V. Exa., no tempo certo, vai me responder: onde existe uma lei igual a esta que está em vigor no estado do Paraná? Se V. Exa. me mostrar um único lugar, na nossa federação, ou no mundo, que tenha uma lei igual a esta, eu retiro o meu projeto. Mas V. Exa. tem que me mostrar onde existe uma lei igual a esta que está em vigor aqui no Paraná.

Obrigado.



O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputado Romanelli. Não podemos renovar? Não é um avanço? Não pode ser um exemplo para todo mundo?

O fato é que aquela rodovia de Arapoti, Jaguariá, de Wenceslau, está em obras há anos, Deputado Romanelli. Há anos e anos. Eles falam sobre obras, sobre licitações. Enfim, as pessoas estão ansiosas pela obra concretizada.

Encerro meu pronunciamento, ia falar também sobre a questão da Segurança, porque estamos passando por um problema muito sério, Deputado Péricles. O IML na cidade de Ponta Grossa, na verdade faz o atendimento a 30 municípios, fecharam o plantão, a situação está difícil. Nesses últimos dias, 30 policiais se aposentaram, não estão mais trabalhando. E, infelizmente, estamos aqui cobrando muito do Governo do Estado, o aumento do contingente, o aumento do efetivo, e infelizmente até agora não recebemos nenhuma informação positiva.

Portanto, continuamos a cobrança através da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Agradeço muito o aparte que o Deputado Marcelo Rangel fez, apenas esqueci, até para poder por uma questão de honestidade do ponto de vista do que foi feito, construímos em Arapoti uma obra que lutei para conquistar, o trevo de Arapoti, uma obra de mais de R\$ 4 milhões, junto com o Prefeito Luiz Fernando, graças ao trabalho do Secretário Tizzot. Era Secretário o Waldyr Pugliesi, que liberou essa obra junto com Governador Requião, para Arapoti. Deixei de falar dessa obra importantíssima para o município. Só para poder registrar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró.

***Deputado Plauto Miró (DEM)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

No ano de 2005, 2006, tivemos um grande debate na região dos campos gerais com relação à vontade que era expressa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de criar unidades de conservação no nosso município de Ponta Grossa e nos demais municípios vizinhos como Carambeí, Castro, Imbituva, Ipiranga, Palmeira, Teixeira Soares. Um amplo debate aconteceu, uma grande mobilização dos proprietários, sendo eles pequenos, médios e grandes produtores, que teriam as suas áreas dentro da unidade de conservação que estava por ser decretada pelo Ministério do Meio Ambiente e naturalmente pelo Presidente da República.

Vimos depois de uma série de reuniões que aconteceram em Brasília, onde tivemos o Senador Osmar Dias conduzindo os debates no Senado Federal, também o Deputado Federal Lupion tentando desenvolver um trabalho para fazer com que representantes do Ministério do Meio Ambiente pudessem sentar à mesma mesa dos proprietários rurais dessa região. Isso foi feito, mas pouco adiantou. Tivemos o Dia Mundial do Meio Ambiente e, poucos dias antes, o Presidente Lula assinou o decreto criando as unidades de conservação. E o município de Ponta Grossa, em especial, teve uma perda significativa, porque na região do Itaiacoca tivemos, através do decreto, a delimitação do Parque dos Campos Gerais. E naturalmente são regiões onde os proprietários dessas áreas, no decorrer das últimas décadas, preservaram a mata nativa, enquanto em outras áreas proprietários destruíram em especial o pinheiro araucária, que é a árvore símbolo do estado do Paraná.

Muito bem, tivemos a delimitação, só que uma Audiência Pública, que entre aspas foi feita, aconteceu sem a presença dos representantes do Poder Público Municipal, da Prefeitura e também do Governo do Estado do Paraná. Poucos sabiam, porque o interesse não era daquelas pessoas que estavam conduzindo o processo, não era de chamar a maior parte dos interessados na discussão da unidade. Depois de feita essa Audiência Pública, vimos a mobilização da população, porque acabou vazando informação do que imaginava o Ministério do Meio Ambiente. E no ano de 2006 foi assinado pelo Presidente da República o decreto da criação das unidades. Mas o tempo passou, até agora nada aconteceu, só foi assinado o decreto.

No dia de hoje temos lá na Câmara dos Deputados o empresário Douglas Taques Fonseca, que foi convidado pelo Deputado Federal Luciano Pizzato, que convocou uma Audiência Pública para que lá estivesse o Ministro do Meio Ambiente, também o Presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco e também representantes do Instituto Chico Mendes que estarão lá para que se possa retomar a discussão da forma ilegal como foram criadas essas unidades de conservação. O Douglas vai lá para questionar, fazer um debate e apresentar informações e as controvérsias de tudo aquilo que lá aconteceu. Tivemos vários erros quanto à criação de unidades de conservação. Só para vocês terem uma idéia, e os Deputados que são representantes de Ponta Grossa sabem, a região do Itaiacoca é uma região da nossa cidade de solo que não é fértil. Uma boa parte da região é coberta por vegetação natural e lá existem várias propriedades de pequenos proprietários, pequenos produtores. Não é uma ou duas, são dezenas e dezenas de proprietários que ali residem, como no município de Imbituva, que naquela região os pequenos produzem erva-mate e vivem desse trabalho de produção.

Em Teixeira Soares é a mesma coisa, Carambeí, Castro, Ipiranga. Em Ipiranga temos um município de vários e pequenos produtores que utilizam o plantio do

fumo para poder tirar do solo a subsistência da sua família e essa unidade foi criada diretamente não só onde estava a mata nativa, mas também abrangeu áreas de produção agrícola. Áreas de agricultura e muitos proprietários que exploravam naquelas pequenas propriedades uma atividade que lhes dava o sustento foram, de alguma forma, prejudicados. Como os pequenos produtores, que tiveram uma parte das suas áreas envoltas também nessas delimitações do parque, tiveram a sua situação prejudicada.

O pior de tudo isso é que já faz praticamente dois anos que tudo isso aconteceu e que o Presidente Lula assinou o decreto e até hoje nada aconteceu. Não teve movimentação nenhuma, não teve o pagamento da desapropriação que o Governo Federal tem que fazer a esses proprietários, que terão as suas áreas envolvidas no parque e naturalmente vão ter que deixar de produzir em todas elas.

Repito, o Presidente, o Douglas Fonseca está hoje lá no Congresso Nacional, em uma reunião que lá vão debater toda essa situação, que diretamente vai trazer um prejuízo para aqueles que viviam naquelas propriedades que estão dentro da área dessas unidades de conservação.

Não sou contra preservar e se estão fazendo uma unidade de conservação é porque os proprietários dessas áreas conservaram. Nas outras regiões do estado não foram criadas unidades de conservação, porque os proprietários com certeza, derrubaram a floresta nativa que lá existia. Estive envolvido em boa parte dessa discussão e foi sugerido ao Governo Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, para que fosse criada áreas de preservação permanente APP, para que nelas não pudessem mais derrubar a floresta que ali está. É natural que os órgãos ambientais tenham que fiscalizar, como fiscalizam as APPs que existem no estado do Paraná e naturalmente o órgão federal o IBAMA, no nosso Brasil.

Só que a vontade era no discurso de falar, trazer e levar o discurso na esfera internacional de que aqui no Brasil foram criados tantas unidades de conservação. A opção para se preservar o Meio Ambiente foi dada para a criação das APPs. Mas, parece-me que não tinha vontade. Veio lá uma série de ambientalistas, ONGs que fizeram determinados estudos, que foram pagas pelo próprio Governo Federal, que tinham envolvimento com entidades internacionais, se chegou ali na região dos campos gerais naquela discussão, informações de todos os jeitos. Só que na verdade, empurrou-se com o peito, o Presidente da República e o Ministério do Meio Ambiente passou por cima de todos sem trazer uma discussão concreta e o que aconteceu foi à criação.

Repito, infelizmente nada ficou à claras depois de assinatura do decreto e quem está vivendo dessas propriedades e mora nessa região, eles estão tendo aí uma situação sem saber o que é que vai acontecer. Pois até agora praticamente dois anos depois, nada aconteceu. Nada absolutamente. Só que o problema está lá. Se eu moro numa propriedade com a minha família e desse pequeno

pedaço de chão eu tiro o meu sustento, o Governo Federal decreta uma unidade que vai me tirar dali, não sei quando, não sei que dia e não sei se vão me pagar pela propriedade, pelos investimentos que ali acontecem. Imaginem a insegurança e o incômodo no qual vivem as famílias que ali residem. E espero uma atitude clara, concreta e decisiva do que é que vai acontecer com a vida deles. Hoje, repito lá no Congresso Nacional tem um debate onde está o Ministro do Meio Ambiente, o Presidente do IBAMA, o Deputado Luciano Pizzato, que convocou esta Audiência Pública, e esperamos que cheguem a um ponto comum para saber, realmente, o que vai acontecer.

Repito: sou a favor da preservação, mas com responsabilidade. Que se tire o discurso político, o interesse financeiro que é norteado nestas ONGs que estão caminhando por este Brasil afora, que nem se sabe muitas vezes daonde vem o recurso, se é externo, do Governo Federal de Governo Municipal. Sabemos que o Poder Público vem financiando, com dinheiro público, uma boa parte destas ONGs que os interesses que elas têm, muito bem nós sabemos que não são muito explicados. Tem ONGs corretas, mas a grande maioria tem outros interesses e o objetivo final é meter a mão nos recursos públicos do Brasil, do poder público brasileiro.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)**

Pedi aparte porque a época a qual V. Exa. se refere, daqueles problemas, embora não tenha sido um projeto de âmbito estadual, eu era Secretário de Meio Ambiente e o Governador do Paraná apoiava o projeto e eu, naturalmente, sempre apoiei a criação de novas unidades no Paraná.

Mas, concordo em parte com o que V. Exa. diz. Acho que sua preocupação está correta. Acho que o debate é extremamente importante, porque houve um momento de bastante afoiteza na criação e agora precisa e já era para ter sido feito o ajuste deste processo. E V. Exa. traz ao Paraná a informação de que no Congresso Nacional, hoje, e nos Ministérios pertinentes do Executivo Federal, esta questão está sendo trabalhada e tem meu apoio neste sentido.

Mas, o que não concordo e aí questiono V. Exa., é que o Governo Federal não se eximiu em nenhum momento de desapropriar e pagar pelas propriedades, pelo ser real valor. É isso, pelo menos, até onde me chegam as informações. Ou seja, o Governo Federal desapropriará pagando, comprando. Não é uma desapropriação como já se fez no Brasil. Itaipu, por exemplo, construiu-se Itaipu, alagou-se uma área de terra enorme e explodiu-se centenas e centenas de famílias. Não é o mesmo caso.

Então, concordo com a preocupação de V. Exa. acho que este debate precisa ser racional. E nisso V. Exa. tem toda a razão e meu apoio. Agora, que é necessário em alguns lugares do Paraná, e felizmente ou infelizmente na região dos campos gerais existe uma representação extraordinariamente rica da flora, da fauna, isso é

meio ambiente e portanto importante para todos, não apenas para aqueles que falam do meio ambiente. Nisso eu acho que V. Exa., pediria até que tivesse um pouco mais de reflexão sobre esta questão. É um debate grande, mas não quero tomar todo o seu tempo e agradeço a oportunidade de poder lhe dirigir a palavra.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas palavras. O senhor é um grande conhecedor da causa, pois foi Secretário do Meio Ambiente e participou, como o senhor mesmo falou, em parte, de todo este debate, sendo que foi uma decisão do Ministério do Meio Ambiente. Só para deixar claro e trazer mais informações ao debate, é que depois de um ano e meio da decretação da criação da unidade, nada aconteceu, nem o pagamento para os pequenos proprietários, médios e grandes, que vivem dentro dessas unidades, que tiram o seu sustento de lá e não sabem o que é que vai acontecer. Infelizmente, até agora, não aconteceu nada e não foi a estes proprietários aquilo que lhes seria de direito, no momento em que tivessem desapropriado sua propriedade.

Repito: sou a favor, como o senhor também, da preservação do meio ambiente. Mas, como falei, para preservar não é só falando e decretando que vai criar uma unidade de conservação. Se tivessem feito áreas de preservação permanente, estas áreas estariam todas intactas, fazendo com que dessa forma continuassem lá intocadas, como estão até hoje. E repito: se elas estão lá, é porque os proprietários que nelas vivem, exploram e retiram o seu sustento, eles naturalmente não derrubaram, não fizeram mal àquelas árvores, à floresta que ali estava. Então, existe uma consciência dos proprietários de preservação, só que da forma como foi feita, não está correto, na minha avaliação, e espero que o debate em Brasília possa trazer luz para a cabeça daquelas pessoas que fazem parte do Governo Federal, para realmente terem uma atitude correta, clara e que não prejudique os proprietários, moradores e produtores daquela região.

Só para concluir, trazer mais informações neste momento em que vemos o mundo preocupado com a produção de alimentos, que na criação das unidades de conservação, milhares de hectares que produziam comida, o arroz, o feijão, o milho e a soja, acabaram se tornando áreas de amortecimento, que são áreas que não mais poderão ser utilizadas como espaço de terra para poder se produzir o alimento que tanto nos preocupa no dia de hoje e que não pára de subir. Quanto mais restrita for, pelos órgãos ambientais, a questão do avanço das áreas de plantio - e falo aqui que sou contra avanço em áreas de floresta - mas quanto mais restrições tiver, menos áreas vamos ter, porque o meio ambiente neste momento acaba fazendo um desserviço à produção de alimentos no nosso planeta.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passas-se ao Horário das Lideranças.

No horário da Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos chegando, pelo que sentimos, no dia de votarmos e escolhermos o Conselheiro do Tribunal de Contas. Na última semana entramos com uma ação popular procurando pelo menos adiar essa votação, porque achamos que é uma votação muito rápida e não deu tempo de ser discutida, até porque há uma intromissão do Executivo muito forte aqui junto ao Legislativo. Não conseguimos a liminar e hoje nos reunimos em uma Comissão, onde tivemos a bondade da maioria dessa Comissão, que poderíamos ser eleitos Presidente da Comissão e o Deputado Plauto seria o Relator e não aceitamos, porque não achamos que isso está bem resolvido. Todos sabem e já fiz aqui a conta. Estou antevendo aqui quem será o eleito. Quem não sabe quem será o eleito? Quem será eleito é o irmão do Governador.

Ao eleger o irmão do Governador, esbarra em um artigo da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Já fiz a conta aqui e vou voltar a fazê-la, porque amanhã teremos aqui a presença dos candidatos para a votação. Vou fazer o pronunciamento no dia de hoje para tentar convencer alguns Deputados do porquê não devemos votar amanhã. Primeiro, esse artigo na Lei Orgânica do Tribunal de Contas foi uma emenda de autoria de vários Parlamentares que subscreveram essa emenda, aonde ela coloca algumas questões que são importantes. Não poderá analisar contas de municípios ou do estado parentes de 1º e 2º grau. E parece que isso não está valendo, porque ainda o Conselheiro Artagão continua analisando as contas, e agora nós vamos eleger um Conselheiro que vai poder trabalhar apenas em 2014, salvo a população do Paraná dê mais um presente, eleja o Governador Senador da República, vai para 2018, porque ele encerra o seu mandato em 2010, eleito Senador vai para 2018, tem quatro anos de quarentena, vai para 2022. Este é o entendimento que temos, que praticamente proíbe a nomeação do irmão do Governador Conselheiro do Tribunal de Contas.

Já falei isso aqui muitas vezes, acho que já cansei os Srs. Parlamentares, estou fazendo aqui o último apelo, e estamos marcando aqui uma reunião dos Parlamentares que desejam tomar uma posição em conjunto, Deputado Rangel. Vamos fazer uma reunião com os Deputados que queiram tomar uma posição em conjunto para darmos uma demonstração de que não concordamos com o que está acontecendo.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Rossoni, estou prestando atenção no seu pronunciamento e gostaria de dizer a V. Exa. que amanhã, se acontecer a votação, estarei votando com tranquilidade, vou dormir tranquilo à noite por ter feito, com certeza, a melhor escolha. Não tenho nada contra o irmão do Governador Roberto Requião, aliás, não o conheço pessoalmente, mas não acho correto. Essa é uma opinião pessoal, uma opinião particular: não acho correto o irmão do Governador julgar as contas do Governo do Estado e também dos Prefeitos. Não acho correto. Aliás, Deputado Rossoni, sempre achei que para ser Conselheiro do Tribunal de Contas, Conselheiro do Tribunal de Contas não poderia ser nomeado, essa opinião também particular, tinha que ser de carreira, um técnico, experiente, que já passou pelo Tribunal de Contas e conquistaria esse posto por merecimento profissional, por carreira mesmo. Esta é uma opinião. Amanhã eu vou escolher o melhor candidato. Para mim não importa se o Mauricio vai vencer, se já está meio que definido isso na Assembléia, não, o meu voto é importante, eu represento 52 mil pessoas, o meu voto vai ser analisado e vai ser extremamente técnico por uma pessoa que realmente tenha capacidade e seja um voto coerente. Amanhã eu estarei realizando a minha prática democrática.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço o parte de V. Exa.

Tenho certeza absoluta, mas absoluta mesmo, de que se nós tomássemos uma atitude aqui, não é de rebeldia, mas dêssemos uma demonstração política de que nós concordamos com esse fato, certamente nós marcaríamos um ponto perante a opinião pública, e é de quem nós dependemos.

Não sei quantas pessoas estão assistindo a TV Assembléia nesse momento, uma, duas, 10, cinco mil, eu não sei quantas, mas as pessoas que estão me ouvindo nesse momento, se os senhores fossem Parlamentares, não estou aqui nem perguntando aos Parlamentares, estou perguntando ao telespectador da TV SINAL: o senhor votaria no irmão do Governador, ou a senhora que está me ouvindo, votaria no irmão do Governador para Conselheiro do Tribunal de Contas para analisar as contas dos municípios do Paraná, do Governo do Estado? Está é uma resposta que você não ouve a população falar. Cada um que está na frente da televisão, neste momento, está respondendo, mas não conseguimos ouvir. No entanto, não tenho dúvida que a resposta da população para os meus ouvidos soam muito alto: "Não, eu não votaria!"

Nós Parlamentares de Oposição ou do Bloco Independente ou Parlamentares que estiverem convencidos disso, vamos tomar essa posição amanhã. Ou votar em um candidato que estamos estudando isso juridicamente ou nos abster da votação ou nos ausentar da votação. Nós temos três saídas para dar uma demonstração de que não

concordamos com isso. Vamos tomar essa decisão. Não é uma decisão minha. Vou respeitar a opinião desse grupo, que são de 10, 12, 13 Parlamentares, às vezes, de 22, às vezes, é de 12, mas o importante é que há um posicionamento de Parlamentares que, certamente, amanhã, vão marcar posição aqui na Casa. Então, ponto final neste assunto. Amanhã nós voltamos.

Tenho um requerimento na Casa para retirar um projeto do Deputado Romanelli, que revoga um projeto da questão de publicidade. Quero fazer um apela ao Deputado Romanelli. Estou lembrado que este projeto do Deputado Jocelito Canto foi votado, aqui nesta Casa, como um encanto. Foi uma coisa unânime, inclusive apoiado pelos Deputados de Governo. No entanto, o projeto não foi sancionado pelo Governador, voltou para Casa, foi derrubado o veto aqui do Governador e, agora, vem aqui para revogar o projeto do Deputado Jocelito. Espero que o Líder do Governo vá à tribuna e nos convença o porquê de revogar esse projeto se foi aprovado e foi derrubado o veto. Ainda espero que o nosso requerimento retire esse projeto por 10 Sessões e possamos discutir com mais conteúdo e mais ênfase sobre essa questão.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário as Lideranças. PDT.

**(Declina)**

PMDB. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Os jornais trouxeram uma notícia curiosa, há cinco dias, dando conta de que se encontrou uma fórmula, finalmente, para que possamos reduzir o número de sacolas plásticas usadas no Paraná e no Brasil. Fiquei curioso, porque é claro que todos sabemos que o ótimo é inimigo do bom e, muitas vezes, não podendo ter o que é de melhor temos que nos contentar com o que é bom. Eu fui ler, com bastante curiosidade, a matéria dos jornais que dizia que no Brasil se gasta cerca de 18 bilhões de sacolas plásticas por ano. Já havia trazido o dado da Associação Paranaense de Supermercados a todos os nobres Parlamentares, que dá conta de que gastamos, aqui, no Paraná, 500 milhões de sacolas por mês, ou seja, meio bilhão de sacolas plásticas no mês.

O que é essa descoberta que o Paraná se vê ante ela com relação às sacolas oxi-biodegradáveis? A Plastivida inventou, Deputado Dobrandino, que as sacolas são muito frágeis. Então, é preciso reforçá-las com camadas e mais camadas de resina plástica. Assim fortalecidas, elas poderão ser reutilizadas. Sendo reutilizadas, podem diminuir o número. Estão dizendo - a campanha é essa - que

dos 18 bilhões de sacolas utilizadas no país, por ano, vão reduzir em 30%. Uma redução de 5 bilhões de sacolas.

Em um primeiro momento, quem olha isso fica extremamente contente, porque sabemos o ano que o plástico causa e alguém descobriu uma solução. Entretanto, ao olharmos melhor para essa questão, vemos que em uma pequena sacola que se utilizava, às vezes, um decigrama de resina plástica, que é um resíduo fóssil e portanto finito, esgotado, hoje, pode se usar três, quatro vezes mais do que isso para fazer com que o mercado atenda o que a população está querendo, que é ter uma sacola que possa ser retornável. Por isso, o consumidor, a dona-de-casa, está procurando a sacola de pano, de juta, de fibra e colocando de lado a sacola plástica.

O mercado está consumindo mais plástico, gerando mais passivo ambiental, dando uma maior vida ao plástico. Talvez, por isso, se chame Plastivida aquela instituição, ONG, que diz defender a vida. Mas o plástico não é a vida. Estamos vendo hoje que o mercado se recria, se transmuta, para enganar, fazendo uma verdadeira - no meu entendimento, me perdoem a expressão - uma patifaria com aqueles que possam ter lido essa notícia.

O mercado parece obedecer, a princípio, aquele velho princípio do cientista Lavoisier: "Na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma." Em nome desse princípio sério e tantas vezes evocado correto, o que estamos vendo, aqui, sem dúvida nenhuma é uma forma inteligente de se enganar melhor o consumidor. Pasmem, vocês! Quem é que está patrocinando esta idéia? Uma empresa chamada Plastivida, que representa as indústrias plásticas. Quem é que está aderindo a esta idéia? Que coincidência! Aderem a essa idéia, no Paraná, justamente as empresas que não querem as sacolas oxibiodegradáveis aqui. Quem são? Mais uma vez, o Carrefour, o Wal Mart, o Big, o Mercadorama, o Extra e o Pão de Açúcar. Temos mais de 1.000 empresas aderindo às sacolas oxibiodegradáveis. Mas estas que não aderiram são exatamente as que hoje tentam seduzir o consumidor, dizendo que está se gastando menos plástico. Mentira! Se gasta mais, um passivo ambiental maior, um luxo que não podemos nos dar. Isso em nome, vamos dizer, da venda mais uma vez ao mercado.

Antes de concluir, quero ceder um aparte ao nobre Deputado Kielse.

#### **O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Agradecer o aparte, parabenizando o raciocínio que V. Exa. está demonstrando neste momento.

As grandes indústrias internacionais, aquelas que estão dentro do maior lobby hoje já visto dentro da área de plásticos, de resíduos plásticos, junto com a indústria petrolífera internacional, estão envolvidos na seqüência do que V. Exa. está falando. Coincidentemente as empresas que V. Exa. citou, como o Carrefour, o WMS que é das empresas Wal Mart, a companhia que antigamente era nacional, que era o

Pão de Açúcar e o Extra que já não mais são de bandeira exclusivamente brasileira, têm a bandeira americana a francesa por trás. São empresas que não têm comprometimento com a questão ambiental brasileira.

Vimos ontem até, o Presidente Bush dizendo que não tem comprometimento até 2050 sobre a questão de resíduos, desse O2, é que nós aqui, numa receita caseira com o Condor, Muffato, Planalto, Cristal, Cidade Canção têm demonstrado cidadania acima de qualquer suspeita. Buscando não só com as sacolas oxibiodegradáveis, trazer conforto aos nossos lixões ou aos nossos aterros, ou trazendo uma melhor defesa ao futuro da nossa civilização, ao contrário dessas empresas. E mais ainda, deveríamos convocar os Diretores dessas empresas, para que viessem explicar por que essa medida extemporânea, sendo que eles estão na contramão da história. A Plastivida nada mais é do que uma grande lobista das empresas de plástico internacionais e nacionais. Hoje são 74 empresas, que fazem todo o sistema brasileiro, sendo que mais da metade pertence às empresas internacionais.

Não só parabenizo, mas gostaria que fizéssemos uma convocação aos Diretores dessas empresas, visto que algumas delas defendem em outros países e aqui no nosso país elas querem que os nossos lixões tornem-se aqueles lixões que para 600 anos nós venhamos a ter essas sacolas biodegradáveis. Nós queremos sacolas oxibiodegradáveis para no máximo um ano e meio estarem deterioradas.

Obrigado.

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Eu que agradeço, Deputado Kielse. A oxibiodegradável ou a sacola orgânica. Porque a de pano é orgânica, a de juta, de batata, de mandioca, de inhame, são sacolas hoje orgânicas.

E faço aqui um apelo a V. Exa., Sr. Presidente, para que coloque em pauta o projeto de lei que tramita na Casa, de nº 795/07. Hoje está completando um ano e quatro meses. Esse projeto de autoria dos nobres Deputados Stephanes Júnior e Caíto Quintana, já recebendo parecer favorável das Comissões, está de fato a desejar. A população está lá na frente e nós Deputados correndo atrás para tentarmos dar uma solução, estabelecer um marco legal para aquilo que já é absolutamente legal. Já mostrei o laudo do TECPAR, infinitas vezes, que esse projeto nem meu é. Advogo pela população do Paraná que é o nosso maior patrimônio. No final desse apelo quero ceder aparte ao nobre Deputado Malucelli.

#### **O Sr. Luiz Malucelli (PSDB) (Aparte)**

Deputado Cheida, parabéns pelo seu pronunciamento e gostaria de formar fileira junto com o senhor e com o Deputado Kielse, porque realmente é uma vergonha o que estamos vivendo. Estão enganando o povo do Paraná, as empresas multinacionais que, aliás, não estão incomodadas, são nômades, abrem, fecham a hora que querem, vão embora, não dão satisfação. Então, estamos

vivendo isso agora nas sacolas de plástico. Por isso, temos que defender as redes paranaenses que têm honrado com a lei. E pedir ao Secretário Rasca, do Meio Ambiente, para que possamos convocá-los para que eles expliquem o que está por trás dessa maracutaia que eles estão fazendo com essa sacolinha que não vale nada e só poluem mais a natureza.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado Deputado, obrigado Sr. Presidente, nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas esclarecer ao Deputado Cheida, que esse projeto foi votado aqui em 1ª discussão, depois foram apresentadas emendas a esse projeto, um dos autores, o Deputado Caíto, requereu a retirada da Ordem do Dia do projeto.

Portanto, vamos assumir o compromisso com V. Exa. e com os autores do projeto de colocá-lo no 2º semestre, tão logo inicie o 2º período. Eles foram retirados a pedido de um dos autores.

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero falar sobre algumas indicações que estamos propondo à Assembléia Legislativa para ser aprovada pelos Deputados, em especial pela Mesa, e que atende reivindicações de Lideranças de municípios que temos representação, que fizemos campanha e fomos lá pedir apoio da população e que agora vamos aqui fazer essas indicações. Indicações que são dirigidas a algumas Secretarias do Governo do Estado e esperamos que sejam atendidas, mesmo sendo de um Deputado que faz Oposição ao Governo aqui nesta Casa.

Uma das indicações, é propor uma atenção especial, no atendimento as necessidades do município de Sarandi. Depois tenho relatado aqui detalhadamente o que foi que pedimos. São várias indicações. Então vou falar dos títulos

A outra indicação, que vai para o Secretário de Saúde, Dr. Gilberto, e que veio atendendo a Câmara Municipal do município de Roncador, propõe atenção especial e atendimento ao fornecimento de um aparelho de endoscopia e um de ultra-sonografia, atendendo a uma aprovação da Câmara daquele município, Deputado Cheida.

Também ao Secretário do Emprego, Trabalho e Promoção Social, e atendendo o pedido da Câmara Municipal do município de Roncador, que é propor a Secretaria de Estado atenção especial e atendimento às

necessidades do Sr. Tiago Arantes, morador do distrito de Alto São João, município de Roncador, que tem dificuldades das mais graves, em especial na área de aparelhos, enfim, está detalhado aqui.

E estou fazendo este registro aqui para, se o Governo atender, parabéns ao Governo e mérito da Câmara do Município de Roncador - se o Governo não atender, infelizmente, vão saber como que o Governo tem tratado os Deputados que fazem Oposição aqui nesta Casa.

Secretário da Educação - propõe atenção especial no atendimento às necessidades do CENSE, que é o Centro de Sócio-Educação, unidade de Campo Mourão - é melhorar a qualidade de atendimento aos adolescentes e tem algumas dificuldades que eles estão passando, está detalhado aqui também.

E, por último, a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude que estamos propondo, atendendo também pedido da Câmara Municipal do município de Campo Mourão, propõe a inclusão do município de Campo Mourão no Programa Atitude.

Estas indicações estamos fazendo, para atender reivindicações dos Vereadores. E aí são Vereadores que nos enviam essas indicações de vários partidos, que é aprovado na Câmara Municipal e nós aqui atendemos os pedidos, repassamos e cobramos do Governo do Estado. Mas o Governo do Estado tem feito distinção de partido, Deputado Ney Leprevost. Parece que vai um carimbo assim, conforme chega lá. Se for o pedido de um Deputado que faz Oposição aqui, tem entrado debaixo daquele calhamaço de pedido, ele entra por último e ali fica. Então os municípios não têm sido atendidos quando fazemos os pedidos aqui. Quero deixar este registro porque é o Governo que foi eleito pelo povo, para cuidar do povo, mas tem pedidos de Deputados aqui da Assembléia Legislativa que fazem Oposição e que o Governo não atende. Até sei que tem Secretário que se esforça para atender, mas vem o pedido e o Governo fala para não atender. Essa foi a informação que chegou para nós.

Quero também falar de outro assunto que é um assunto que às vezes não se comenta aqui nessa Casa, fica-se falando nos bastidores, que é a eleição para o Tribunal de Contas. Já registrei a minha indignação, pelo PPS, porque não participamos do sorteio e nós que temos Bancada constituída desde o primeiro dia, PPS/PMN. Não tivemos oportunidade de participar do sorteio para fazer parte daquela Comissão. Comissão composta por cinco membros escolhidos aqui da Casa, particularmente acho, mas isso está previsto no Regimento, mas uma Comissão de apenas cinco é uma Comissão muito pequena. Deveríamos convidar os candidatos, sentá-los aqui na frente e dar espaço a todos os Deputados para questionarem os candidatos, porque é a Assembléia que aprova quem vai lá para o Tribunal de Contas.

Parece que invertemos valores, agora as pessoas que precisam dos votos dos Deputados estão conversando conosco, mas depois de eleitos aí muda a figura, parece

que se tornam inacessíveis e aí a dificuldade é grande! Agora que é a hora de decidir quem vai lá para o Tribunal de Contas. Acho que deveríamos pegar os candidatos, podem pegar estas cadeiras que estão aqui e todos os Deputados, porque aqui não tem distinção de cor, de raça, de sexo, de cabelo branco, de cabelo preto, todos os Deputados fazerem seus questionamentos. Essa é a minha opinião, por isso, nossa Casa às vezes criticada aí fora de decidir um negócio sério que vai influir na vida de todos os paranaenses, nós tomamos a decisão rapidamente aqui!

Nos reunimos ontem a noite, o PPS tomou uma posição, e a Comissão Executiva do PPS, a Diretoria do partido fechou questão e a questão não é contra uma pessoa não, a questão é contra a forma. Nós somos contra a indicação de parentes, até nos nossos gabinetes temos essa posição, trabalhamos isso, lutamos contra, é difícil vencer isso, mas nessa questão do Tribunal de Contas isso está previsto inclusive em termos da Constituição Federal, artigo 37 e da Constituição Estadual, artigo 27, é só se informar sobre isso e está claro, a posição do PPS é contrária a indicação do irmão do Governador! Mas não é contra a indicação do Governador Requião, poderia ser o irmão do Governador Marcelo Rangel, o irmão do Governador Belinati, o irmão do Governador Rossoni ou o irmão do Governador Kielse, o Governador Jaime Lerner, qualquer um, a nossa posição é contra.

O PPS fechou questão também quando foi o Vice-Governador Pessuti, também tivemos essa atitude e agora estamos reafirmando isso! Todos os Deputados do PPS, parece até que é bastante, mas não é, são três, três parece também que é pouco, mas não é, três podem fazer a diferença numa votação. Eu já vi diferença de um voto apenas aqui, então os três Deputados, conforme rege o estatuto do partido, terão que votar contrário à indicação do irmão do Governador. Ele é até uma pessoa que conheci pessoalmente e confesso a vocês, gostei dele, enquanto pessoa, não tive nenhuma dificuldade de relacionamento com a pessoa, ele até sofre isso por ser irmão do Governador, talvez se não fosse irmão do Governador e não é desse Governador, qualquer que fosse o Governador, o PPS estaria votando a favor. Por isso, deixar claro a nossa posição, do Deputado Marcelo Rangel, do Deputado Felipe Lucas, do Deputado Douglas Fabrício, se forem seguir o que determina o partido correndo risco de fidelidade partidária e outras questões, nós fechamos a questão para votar, está livre o voto, menos no irmão do Governador. Deixar essa questão bem clara.

Com o aparte o Deputado Antonio Belinati.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Deputado Douglas, amanhã vamos ver uma cena aqui bastante interessante. Quero dar os parabéns aos demais candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas, porque essas é uma eleição que já está decidida. É só fazer o decreto e nomear o Mauricio Requião, porque será eleito com a maioria esmagadora de votos. Mesmo

assim os demais candidatos, vão sentar aqui e aceitar ser sabatinados pelos Deputados. Uma atitude fantástica desses candidatos ao cargo de Conselheiro. Vou insistir com o meu projeto. Tenho um projeto que determina, se aprovado pela Casa, que para ser Conselheiro do Tribunal de Contas deverá ser submetido a concurso público aberto a todos os cidadãos.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Reforçar mais uma vez que não é pessoal, pelo contrário nós tratamos os artigos da Administração Pública, essa atitude do Governo fere a moralidade e a impessoalidade da eficiência da Administração Pública. Termos do artigo 37 da Constituição Federal e o artigo 27 da Constituição Estadual.

Agradeço também, Sr. Presidente, a gentileza que o senhor tem tratado o Deputado Douglas Fabrício aqui nesta Casa, mesmo às vezes me deixando fora das Comissões importantes.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV, Deputado Pastor Edson.

Apenas esclarecendo a colocação do Deputado Antonio Belinati, os concorrentes a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas não serão inquiridos pelos Deputados, já foram hoje pela Comissão. Não há mais aquela Audiência Pública que existia.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Mas, a Comissão é formada pelos Deputados. Da mesma maneira que o Corinthians vai voltar para a série A do campeonato, o Maurício Requião vai ser eleito Conselheiro amanhã.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

#### **O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores, tentarei nesses 10 minutos que são reservados as Lideranças partidárias, falar sobre três assuntos. Inicialmente, falar sobre o que foi discutido na escolinha do Governo que acompanhei apenas por um órgão da imprensa, que o Governador Roberto Requião, pela primeira vez transpareceu abalar com a aplicação da multa por utilizar-se dos veículos oficiais para atacar seus adversários, ou fazer a promoção do seu Governo.

Mas, não é sobre esse assunto que nós vamos nos deter na tarde de hoje. Mas, um 2º assunto que foi abordado com bastante ênfase pelo Governador sobre a maneira de se cumprir uma lei de autoria desse Parlamentar que vos fala, sobre a substituição nos escritórios dos órgãos públicos de produtos e folhas de papel, principalmente, recicláveis. Foi falado que se aplicará essa lei,

embora não tenha se dito que a lei é de autoria desse reles mortal e nem esperava que falasse, até porque os nossos telespectadores sabem as razões. Mas quero utilizar o horário do bloco superpartidário, para enfatizar que a lei que fez com que o Governador falasse de uma mudança de hábito dos órgãos públicos em favor, ou a favor do meio ambiente é de nossa autoria. É a Lei nº 15563, de 2007.

(Lê):

“SÚMULA:

*Dispõe que os órgãos da Administração Pública poderão promover programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.*

*A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Estadual, Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, poderão promover para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.*

*Art. 2º Poderá ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.*

*Art. 3º Faculta ao Executivo Estadual, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 04 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.*

*Art. 4º O Poder Executivo poderá adotar, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas.*

*Art. 5º Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação da presente lei.*

*Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Palácio do Governo em Curitiba, em 04/07/07.*

*(aa) ROBERTO REQUIÃO*

*Governador do Estado*

*LINDSEY DA SILVA RASCA RODRIGUES*

*Secretário de Estado do*

*Meio Ambiente e Recursos Hídricos*

*RAFAEL IATAURO*

*Chefe da Casa Civil”*

Substituição do papel clorado por papel reciclado.

O segundo registro, até faria uso do momento do encaminhamento, diz respeito a uma proposta de lei do Sr. Deputado Romanelli, onde ele propõem a revogação de uma lei, a Lei nº 15455 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Porque faço questão de falar sobre essa proposição? Por coincidência em 2000, tive essa mesma idéia e fiz essa proposta, de se vincular junto com as publicidades do Governo uma espécie de informação de quanto

aquele comercial, ou quanto aquela divulgação custou aos cofres públicos. Lamentavelmente na época o Governo junto com a sua base aliada, de forma esmagadora, não permitiram que essa idéia prosperasse. Fiquei muito contente quando o Deputado Jocelito conseguiu levar adiante essa proposta e a mesma tornou-se lei.

Mais ou menos como essa conscientização por parte do Governo Federal, mais especificamente do Ministério de Saúde, quando após um comercial de cigarro, se faz a observação: “O Ministério da Saúde adverte, fumar faz mal a saúde”.

A idéia do Deputado Jocelito e minha bem antes dele é que a cada inserção de rádio, TV, ou notícias impressas conste que aquela inserção custou aos cofres públicos o valor x. Parabenizo a V. Exa. pela iniciativa, porque vejo que é uma forma prática do cidadão comum já saber de pronto o quanto que ele pagou por aquele comercial, por aquela inserção Governamental. Já me pronuncio contrário a proposta do Deputado Romanelli, porque concordo com a lei do Deputado Jocelito. E aproveito e convido os nobres Pares que votem contrários a esse projeto. Não podemos perder a oportunidade dessa lei, que tem que dar mais transparência ao Governo que prega tanto transparência. Não podemos abrir mão de uma lei como esta. Recentemente fui incumbido pelo bloco supra partidário Independente e mais cinco companheiros de outras siglas que compõem o número de 10 Parlamentares de registrar a nossa decisão agora, questão de cinco minutos. Há questão de cinco minutos decidimos isso no que diz respeito ao nosso posicionamento com relação ao Conselheiro do Tribunal de Contas. Muito antes de surgir a figura de Mauricio Requião como propenso candidato à vaga do Tribunal de Contas, firmamos um compromisso totalizando 10 Parlamentares. Cinco do bloco independente e mais cinco de outras siglas e fechamos questão de que decidiríamos pela maioria dos votos internamente, independente qual fosse a tendência geral da Assembléia Legislativa.

Quando firmamos esse compromisso, de antemão o Deputado Douglas Fabrício e mais o Deputado Marcelo Rangel, já nos havia prevenido de que eles só não seguiriam a decisão do bloco, se caso o partido que aqui eles representam PPS fechasse questão. Concordamos se o partido dos nossos dois companheiros e amigos, decidissem de uma forma contrária ao bloco, permitiríamos que os dois se isentassem e votassem conforme orientação do seu partido.

Agora, fizemos a somatória dos votos e ficou da seguinte forma o posicionamento: dois votos contrários, por questões partidárias. Seis a favor do nome de Mauricio Requião e dois votos preferiam abster-se.

Por essa razão por um acordo já anterior a essas mudanças repentinas tanto da desistência do Deputado Durval Amaral, como surgimento do nome de Mauricio Requião, a desistência também do nome do Deputado Caíto Quintana, que se ventilava que seria um dos que estava propenso a disputar essa vaga. Por essa questão,



por esse acordo, nós que formamos esse grupo de 10 Parlamentares cedemos a maioria que votaram favoravelmente ao nome de Mauricio Requião, num total de seis votos, contra quatro, sendo que dois do PPS e outros dois que preferiam abster-se.

É um registro que faço, Sr. Presidente, uma vez que me incumbiram dessa tarefa de pronunciar-me nesse sentido.

**Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Dizer que V. Exa. comunica à Casa e aos telespectadores aquilo que deve nortear quando se têm diferenças e no nosso bloco dessa Casa e depois nosso bloco composto de 10 Parlamentares, que há o respeito às pessoas que pensam contrariamente. Confesso que desde o início me mantive fiel à decisão da maioria, houve momentos emblemáticos em que eu não escondia a minha preferência pelo Deputado Durval Amaral, mas deixei bem claro, que se a maioria vencesse eu acompanharia a maioria.

Motivo, pelo qual, a mesma postura eu exigiria àqueles que dentro do nosso grupo defendiam desde o início quando surgia a candidatura do Secretário da Educação eu sabia que pensavam diferente e assim caminhava à vontade do nosso grupo, eu exigiria deles também a mesma postura, acompanho e respeitarei o compromisso assumido há mais de dois meses com todos os Parlamentares que compõem esse grupo.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)**

Muito obrigado. Era o registro que eu tinha para fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Consulto a Liderança do Governo.

**(Declina)**

Liderança da Oposição.

**(Declina)**

## ***Ordem do Dia:***

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 164/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a reversão, ao município de Renascença, de área de terras do Governo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 165/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Criança e da Juventude, a inclusão do município de Campo Mourão, no Programa Atitude. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 166/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, uma atenção especial no atendimento das necessidades do CENSE - Centro de Sócio-Educação, unidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 167/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da Paraná Esportes, uma especial atenção e atendimento às necessidades do município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 168/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, uma atenção especial e atendimento ao fornecimento de um aparelho de endoscopia e um de ultra-sonografia ao município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 169/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, atenção especial e atendimento às necessidades do Sr. Thiago Arantes, morador do distrito de Alto São João, no município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1857, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 07/07, devido a tratamento odontológico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final (Votação em)

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 778/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin. **Aprovada.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a exigência do conhecimento sobre história, geografia e atualidades, nas disciplinas de história e geografia do estado do Paraná no processo seletivo para ingresso nas instituições de ensino superior do estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 021/08, proposta de emenda à constituição, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e outros Srs. Deputados, que altera o parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná (Serviço Público). **Aprovada. (Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Proposta de Emenda Constitucional).**

## 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi, com sede e foro na cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da banda Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

## 1ª Discussão

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fica revogada a Lei nº 15455, de 31/01/07, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 122/08, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 705/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli busca revogar a redação da Lei nº 15455/07.

##### Fundamentação

O presente projeto tem o intuito de revogar a Lei nº 15455.

Quando se trata de alteração legislativa, revogação ou qualquer modificação a texto legal verifica-se, inicialmente, qual é a competência para legislar, dentro do regime jurídico do Direito, conforme regula a Constituição da República:

*Art. 37. A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)* (grifo nosso).

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar ou revogar.

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de alteração a lei estadual, cuja autoria partiu do próprio Legislativo, estando, portanto, conforme os ditames legais expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo, sua revogação.

Cabe ressaltar que a revogação de que trata o presente projeto de lei não desrespeita os princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e da eficiência. Isto porque pretende apenas revogar uma lei que regulamenta a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Poder Executivo, não pretendendo revogar os dispositivos Constitucionais que se referem ao assunto.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhuma óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

##### Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do pro-

jeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 705/07

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 705/07, em análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, dispõe sobre a revogação da Lei nº 15455, de 31/01/07, que versa sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O objeto da lei a ser revogada já está contemplado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o Poder Executivo a publicar seus relatórios de gastos, que o vem fazendo, inclusive disponibilizando-os na internet, proporcionando assim o estado total transparência dos atos da sua administração.

No tocante às prerrogativas desta Comissão, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1839, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 04 (quatro) Sessões.

Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar contra o requerimento, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Parto sempre de uma premissa, que procuro sempre discutir nesta Casa os temas de forma clara, transparente e sobretudo para que prevaleça sempre aqui não o voto automático, mas o voto que seja fruto da reflexão de cada um dos Parlamentares. Ainda há pouco debatia com esse jovem e combatido Deputado Marcelo Rangel e ele fazia um pronunciamento sobre o projeto que trata esse requerimento de adiamento de votação. Quero dizer a V. Exas. que esse projeto é fruto de uma reflexão, porque constatei, depois de uma ampla pesquisa que realizei, que não existe em nenhum município da federação e em nenhum estado projeto igual a esse. Não existe!

Podem argumentar: mas é bom que tenha lá o valor da peça que é veiculada em um comercial, seja em uma inserção de rádio ou de uma emissora de TV. Ora, nós sabemos que quando as campanhas são realizadas, sejam

campanhas publicitárias de divulgação dos atos, das obras, dos programas do Governo, basta ver recentemente a campanha que foi feita durante esses últimos seis meses, regularmente feita pela nossa Prefeitura de Curitiba, divulgando a administração do Prefeito Beto Richa. Criou um sentimento que a Prefeitura estava aplicando bem o dinheiro do povo, o dinheiro dos impostos que as pessoas pagam. É necessária essa satisfação à opinião pública no sentimento de que quem paga imposto quer ver onde o dinheiro está sendo aplicado. Ora, tem em Curitiba uma legislação especial que em cada comercial de uma creche, de um posto de saúde, de um centro de atendimento 24 horas, o quanto custou para a Globo veicular o comercial?

Não, não tem. A única exceção no Brasil é no estado do Paraná, de uma lei que foi votada aqui nesta Casa, não foi sancionada pelo Governador Requião e foi promulgada pelo então Presidente da Casa, Hermas Brandão, no dia 15 de janeiro de 2007, quando eu não era Deputado e quando uma parte dos Srs. e Sras. Parlamentares também não exercia o mandato aqui nesta Casa. Ocorre que essa lei, sinceramente, não é operacionalmente viável. Já temos dentro do nosso ordenamento constitucional, tanto no que tange ao obediência da inteligência do artigo 37 da Constituição Federal, como também do disposto na Constituição Estadual, além de toda a legislação que regulamenta essa matéria, que atende o princípio da publicidade em relação a todos os investimentos, basta ver aqui que realizamos nesta Casa um amplo debate, ou seja, temos uma transparência naquilo que é feito, de como é aplicado o dinheiro em relação aos investimentos gastos com propaganda, que podem e devem ser aprimorados, mas reconhecidamente V. Exas. sabem que não é operacionalmente viável este dispositivo.

Até quero dizer a V. Exas., estou disposto, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Valdir Rossoni, a que possamos aperfeiçoar a lei, ou seja, revogando e criando um outro mecanismo para poder se publicar na internet cada um dos gastos que são feitos com cada veículo. É possível fazer um detalhamento disso. Sou favorável a uma ampla transparência em relação a questão da aplicação do dinheiro público, não tenham dúvida disso. O que estou dizendo é que não é operacionalmente válido, V. Exa. sabe, Deputado Marcelo Rangel, sua família é proprietária de diversas rádios, imagine as Casas Bahia, que não é um ente público, mas a Prefeitura de Ponta Grossa, ou seja o que for, a COPEL, a SANEPAR, vai dizer: “Olha, aqui custou R\$ 800, R\$ 300, R\$ 200 o comercial.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. conclua, por gentileza.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Tenho o maior respeito pelo Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, mas quero pedir aos Srs. Parla-

mentares para que possamos derrubar esse requerimento, até porque estamos tratando hoje da constitucionalidade do projeto. E quero dizer a V. Exa., com o maior respeito, constitucional o projeto é, por isso que quero pedir o apoio de todas as senhoras e senhores desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Obrigado pela atenção.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente Nelson Justus, esse projeto é de extrema importância, o projeto que foi aprovado anteriormente, e o requerimento do nosso nobre Líder, Valdir Rossoni, é de extrema felicidade. Ouvimos aqui o nosso Líder do Governo, grande Parlamentar, Deputado Romanelli, mas não concordamos com os argumentos do nosso Líder Romanelli, Líder da Bancada do Governo. Por quê, Deputado Romanelli? Vou citar um caso específico: na campanha presidencial dos Estados Unidos, o Sr. McCain, qualquer anúncio que ele coloca na televisão ele tem que colocar quanto que está custando o comercial, quem está pagando. O Sr. Barack Obama igualmente. Lógico, os Estados Unidos tem 20, 30 candidatos a Presidente, mas toda eleição, quando está chegando na reta final, ela se polariza em dois, e temos a impressão que só tem dois candidatos. Então, vejam bem, até na própria campanha presidencial americana, que é um país que tem as suas falhas, mas tem também o seu mérito no tocante à democracia, o eleitor fica sabendo quanto está custando, quem está pagando, de onde sai o dinheiro.

Por que não fazer a mesma coisa nos anúncios do Governo? Porque muitas vezes, Deputado Valdir Rossoni, tem determinados comerciais na TV que, se o telespectador estiver meio distraído, ele pensa que é uma edição extra da Rede Globo, da Rede Massa, da RIC, da Band, dá a impressão que é uma opinião da TV, que a autoridade é a maior do mundo, que lá para trás ninguém fez nada, era um bando de incompetentes, é só agora que está tudo nos eixos. Por quê? Porque muitas vezes o anúncio é tão bem disfarçado para aparecer uma notícia jornalística que acaba enganando uma grande parte dos telespectadores.

Por isso que acho que a proposta do Deputado Valdir Rossoni é muito coerente. Vou ficar com a proposta do Valdir Rossoni. Vamos retirar esse projeto, vamos reavaliá-lo, 10 Sessões não é nada. E de antemão até acho que esse projeto não deve ser aprovado e deve prevalecer aquilo anteriormente aprovado, de autoria do Deputado Jocelito, que é garantir à opinião pública a informação correta do grande esbanjamento de milhões de reais do dinheiro público com o anúncio visando promover autoridades públicas.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Vou votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Valdir Rossoni. Mas na minha opinião, acredito que não deveríamos nem estar discutindo um pro-

jeto como este. Na política não se pode dar um passo para trás.

O projeto de lei é muito bom, visa transparência e, agora, estaremos votando um projeto que irá revogar uma lei que já existe no estado do Paraná. Acredito que esta é a única arma, Deputado Rossoni, que temos, neste momento, para pelo menos adiar a discussão de um projeto “careca”. Para ser extremamente sincero, estava curioso para saber qual seria a defesa do advogado Dr. Romanelli nesta questão. Operacionalmente inviável? Não acredito! Nós trabalhamos com meios de comunicação e é perfeitamente viável colocar o valor de cada inserção nos meios radiofônicos, nas TVs, enfim, não podemos conceber.

Este projeto, na minha opinião, é equivocado e voto a favor do requerimento do Deputado Valdir, para que possamos adiar por 10 Sessões a aprovação deste projeto ou a recusa.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só gostaria que os Srs. Parlamentares atentassem para o que estamos votando. No momento, estamos votando o requerimento, mas o projeto do Deputado Romanelli tira o direito de, por exemplo, lá numa folha de um determinado jornal, na página 5 do jornal O Estado do Paraná, tem uma propaganda da COPEL. Por que no rodapé dessa propaganda não pode ter quanto custou aos cofres públicos? Nada de anormal. Nada de especial.

Quando aprovamos este projeto aqui na Casa, Deputado Nelson Justus, foi votado com euforia, porque o autor, Deputado Jocelito, com seu encanto e com sua competência, encaminhou e convenceu a todos os Parlamentares. Foi aprovado praticamente por unanimidade. Depois, o Governador não sancionou o projeto, voltou para Casa, foi votado por esta Casa promulgado pelo Presidente que estava exercendo a presidência naquele momento. Agora, de repente, há uma pressa porque não se pode divulgar isso. Por isso, estamos pedindo aos Srs. Parlamentares que, neste momento, votemos favoráveis ao requerimento que estamos propondo para adiarmos por 10 Sessões para que este projeto possa ser melhor discutindo, melhor encaminhado, melhor esclarecido até pelo autor, Deputado Romanelli, porque estranhemos um pouco.

Quando veio o projeto para Casa, de autoria do Deputado Jocelito, ele também foi votado pelos Deputados e, agora, de repente, vamos revogar o que nós já aprovamos? Estranho um pouco e esta é a razão do meu requerimento. Requeiro para retirada do projeto. Acho que o Líder do Governo deveria ter essa compreensão. Poderíamos amadurecer o debate, esclarecer ainda mais essa questão da revogação desse projeto. Poderíamos aperfeiçoar o projeto e seria uma demonstração não ape-

nas do Líder, mas do Governo, uma demonstração de que esta Casa também é respeitada na autoria de projetos, porque senão, como disse o Deputado Luiz Carlos Martins, o que estamos fazendo aqui?

Por isso, peço aos Srs. Parlamentares: vamos aprovar o requerimento, vamos adiar a votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer que podemos adiar esta discussão por cinco Sessões, para que os Líderes e todos os Deputados possam discutir o assunto. Acho que seria de bom senso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

V. Exa. sabe que sempre me submeto à vontade da maioria. Estou tentando incluir na Ordem do Dia este projeto faz mais de 30 dias. Tenho cobrado de V. Exa. no bom sentido, para incluir na Ordem do Dia o projeto. Não veio para a Ordem do Dia. Estamos próximos, no dia 17 encerra essa primeira parte da Sessão Legislativa. Estou propondo que possamos fazer três Sessões, porque é o tempo suficiente para haver um esclarecimento. Se forem cinco Sessões fica inválido, não se vota mais neste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas pode votar no outro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Entendo que é necessário, por conta de todo um processo que temos de desencadear em relação a esse tema. Entendo que é necessário se votar. Disse ao nobre Líder Valdir Rossoni, por quem tenho o maior respeito, muitas vezes divergindo dele, estou propondo para que possamos fazer o adiamento por três Sessões e voltamos na semana que vem com o projeto para ser votado. O projeto pode, em 2ª discussão, ser aperfeiçoado, embora ele revogue, pode ser do ponto de vista da publicidade, como é que se faz a discriminação dos investimentos que estão sendo feitos em comunicação. Sou favorável à transparência absoluta. Estou dizendo que a operação não é viável. Para não ser intransigente, faço a proposta para quatro Sessões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas a média de 10 é cinco.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se V. Exa. concordar com quatro, dá para votar neste semestre ainda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Aprovado o requerimento.** Fica portanto, adiada a discussão por 04 (quatro) Sessões do Projeto de Lei nº 705/07.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Lembrar ao Deputado Romanelli, que amanhã teremos duas Sessões antecipando a de quinta. Não teria problema em cinco Sessões.

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera o artigo 3º da Lei nº 15665/07, que autorizou o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel ao município de Nova Esperança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 221/08

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto apresentado de autoria do nobre Líder do Governo Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo alterar a lei estadual que procedeu a cessão de uso de imóvel do estado ao município de Nova Esperança, com a finalidade de estender o prazo de concessão limite fixado no artigo 3º de até 2020 para até 2030.

#### Fundamentação

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Com relação ao mérito, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O projeto está de acordo com tal disposição constitucional, visto tratar-se de projeto de lei que altera lei já existente cuja competência legislativa está albergada na CE. Quanto à técnica legislativa, o projeto não fere os dispositivos da Lei Complementar nº 095/98.

Ressalvo, contudo, não obstante a origem do objeto da lei seja idônea, como sugestão apenas, que os projetos

de doações e cessões de imóveis sejam acompanhadas das respectivas certidões de ônus, devidamente atualizadas das Escrituras Públicas de Compra e Venda e/ou Registro Público Imobiliário a fim de se averiguar a sua legitimidade, procedência e possíveis gravações, hipotecas, etc.

#### **Conclusão**

Desta forma, entende-se que o projeto deva ser contemplado com a tramitação normal nesta Casa de Leis tendo em vista a sua constitucionalidade.

Sou de parecer pela sua aprovação devendo seguir ao plenário para juízo de mérito.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 221/08**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise, de autoria do Luiz Claudio Romanelli, tem como escopo alterar a cláusula da lei em questão, com fins de prorrogar o período da cessão do uso do imóvel objeto.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transportes; e, sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 221/08.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
ELIO RUSCH- Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Guaruva - CONSEG, com sede e foro no município de Guaruva, estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/08, de 17/06/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 269/08**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Guaruva - CONSEG, com sede e foro no município de Guaruva, Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede e foro na cidade de Maringá, estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/08, de 17/06/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 272/08**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Enio Verri, declara de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede e foro na cidade de Maringá, estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, consoante o respectivo Estatuto Social, a sigla CPC também integra a denominação do centro que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 272/08**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná - CPC, com sede e foro na cidade de Maringá, estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Atenção, Srs. Deputados, marcamos uma Sessão para amanhã e outra para segunda-feira. Leio a Ordem do Dia de segunda-feira.

A Sessão Especial para a eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas será amanhã, às 15h.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1802 a 1815, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1816 a 1825, 1830 a 1835, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1827 a 1829, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1840, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1841 a 1843, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1854 a 1856, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Especial para quarta-feira, dia 09, às 15h, para a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 691/07 e 157/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276 e 284/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134 e 409/07; 221, 269 e 272/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 151, 155, 286, 296 e 297/08; e  
do Projeto de Resolução nº 013/08.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

#### **Diretoria Geral**

##### **Portarias**

PORTARIA Nº 154/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 5910, de 01/07/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar o Sr. REGEN PACHECO DE ANDRADE, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 156/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 5909, de 01/07/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar o Sr. MARCELO ERONI PELANDA, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 157/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 6071, de 07/07/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição funcional da servidora JOEDI MACHADO, matrícula nº 7472, para permanecer pres-

tando serviços junto à Defensoria Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 158/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5960, datado de 02/07/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de 44 (quarenta e quatro) dias, a partir de 19/06/08 com término em 29/07/08, CID.10 H 20.9.

Gabinete da Diretoria Geral, 08/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 159/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6070, datado de 07/07/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, ao Sr. MARCIO ANTONIO DO NASCIMENTO, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, licença de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, 08/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 161/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5961, datado de 02/07/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, MARCO ANTONIO MARCONCIN, matrícula nº 146, de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 01/07/08 com término em 14/08/08, CID.10 K 57.9.

Gabinete da Diretoria Geral, 08/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## *Atas de Comissões*

### *Especial - Conselheiro do Tribunal de Contas*

#### COMISSÃO ESPECIAL CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência, reuniram-se os membros da Comissão Especial com o objetivo de ouvir os candidatos inscritos para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Sob a presidência do Deputado Reni Pereira e contando com as presenças dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Valdir Rossoni, Plauto Miró e Péricles de Mello, foi verificada a existência de número legal. O Sr. Presidente abriu os trabalhos cientificando todos os membros da Comissão de que foram tomadas todas as medidas necessárias para que todos os candidatos fossem informados da necessidade de comparecimento em data e hora marcada, afim de que o processo de avaliação dos candidatos fossem integralmente cumpridos e observados os requisitos impostos pelo artigo 77, da Constituição do Estado, através de editais, publicação em jornais de grande circulação, além de entrega de notificação pessoal, dentre outros meios digitais. Na continuidade o Sr. Presidente determinou que se iniciasse o processo de entrevistas dos candidatos, chamando primeiramente o Sr. Jorge Antonio de Souza e na sequência os candidatos Gabriel Guy Léger, Maurício Requião de Mello e Silva, Riccardo Bertotti, Vorni Rogério Ferreira e Rogério Iurk Ribeiro. Os candidatos foram ouvidos conforme o Ato da Comissão Executiva nº 675/08. A Comissão constatou que o candidato Paulo Sérgio Pereira deixou de comparecer, sem justificativa formalmente apresentada. Foi dado ao candidato Vorni Rogério Ferreira, um prazo até às 17h desta data, para que o mesmo comprovasse os requisitos constantes dos incisos III e IV do parágrafo 1º do artigo 77 da Constituição Estadual. A Presidência da Comissão recebeu petição de autoria do candidato Riccardo Bertotti, requerendo impugnação da candidatura do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva. O Sr. Presidente colocou em discussão o requerimento do candidato. Procedida à votação foi rejeitado e indeferido o pleito do candidato, por entender a maioria dos membros da Comissão, que não se poderia dar guarita ao pleito, pois os princípios constitucionais invocados não estavam em tela nos trabalhos da comissão e que o processo de avaliação objetiva, tão somente, a verificação do cumprimento dos requisitos do artigo 77 da Constituição Estadual, sendo que considerações de mérito, deverão ser feitas quando da deliberação do colegiado parlamentar no plenário desta Assembléia Legisla-



tiva. Os Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró votaram pelo acolhimento da petição, no que tange à inobservância dos incisos II e III do artigo 140, da Complementar nº 113/05, sendo vencidos pela maioria dos votos dos membros. Em outro requerimento, o candidato Riccardo Bertotti solicitou prazo para a entrega da documentação pertinente. A requerimento foi acolhido e a documentação entregue. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, PLAUTO MIRÓ, RENI PEREIRA - Presidente, VALDIR ROSSONI, PÉRICLES DE MELLO

## **Finanças**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões da Presidência desta Casa de Leis, às 13:30 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Elio Rusch pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 691/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação à Lei nº 14.087, de 11/09/03, que instituiu o Programa Luz Fraterna. (não pagamento de energia elétrica por parte das pessoas que se utilizam de aparelhos de sobrevivência). Relator Deputado ANTONIO BELINATI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 705/07 de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, fica revogada a Lei nº 15.455, de 31/01/07, (dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo). Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com voto contrário do Deputado Elio Rusch. Lido pelo Deputado Luiz Nishimori. 03) Projeto de Lei nº 238/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 328/08, que dispõe sobre o reajuste dos provimentos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, abrangendo o período desde a data de concessão do benefício até 30/04/08, na forma que especifica. Relator Deputado ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Lido pelo Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Antonio Belinati, também discorreu favoravelmente a matéria. O Presidente agradece a presente do Sr. Davi

que é o Presidente do SINDIJUS. Na sequência, o Senhor Presidente solicita ao Sr. Deputado Antonio Belinati que assuma a condução dos trabalhos, tendo em vista constar na pauta o pré-relatório de sua autoria, sobre a audiência pública, realizada em 30 de abril do corrente ano, que teve como objetivo debater sobre a reativação das Delegacias Regionais da Receita Estadual de Pato Branco e União da Vitória. Com a palavra o Senhor relator Deputado Edson Strapasson, que discorre sobre o relatório apresentando algumas sugestões e encaminhamentos, através desta Comissão, a saber: Encaminhar cópia deste relatório ao Senhor Presidente desta Casa de Leis, ao Senhor Governador, ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, ao Senhor Coordenador da Receita Estadual, onde se demonstra claramente a necessidade e importância da reativação das delegacias acima mencionadas. Encaminhar ofício, questionando o Senhor Secretário de Estado da Fazenda sobre os critérios adotados para a edição da Resolução nº 01/08, observado os preceitos constantes dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 92/02 e, quais os resultados obtidos, após a desativação da 4ª e 14ª Delegacias da Receita Estadual? Houve aumento ou queda na arrecadação na área em questão? Sendo que, o Senhor Secretário deverá se manifestar sobre os questionamentos, num prazo de 30 dias, após o recebimento. Ofício ao Senhor governador solicitando a imediata reabertura das delegacias e, se o Governo entender não ser possível reabrir as delegacias, então esta Comissão novamente convidará o Secretário de Estado da Fazenda, o Coordenador da Receita Estadual atual e o anterior para que tragam explicações claras dos motivos que motivaram as desativações. A Presidência coloca em discussão. Nesse momento, o deputado Edson Strapasson agradece ao Dr. Jefferson Abade, pelo brilhante trabalho na realização deste Relatório. De igual modo, o Deputado Elio Rusch enaltece a apresentação do Relatório, asseverando que vota favoravelmente ao mesmo, tendo em vista a exposição feita pelo relator e pela capacidade do Dr. Jefferson Abade. Tivemos a honra de presidir a Comissão Especial de Investigação das Ocupações de Fazendas do Oeste do Paraná, onde contamos com a competência do Dr. Jefferson, bem como do Wilson, a Ceni e demais assessores que em muito nos apoiaram naquela empreitada. Em seguida, os senhores deputados Antonio Belinati e Luiz Nishimori, comunicam que também votam favoravelmente ao Relatório, enaltecendo o trabalho realizado pelo Dr. Jefferson Abade, solicitando que se registre em Ata o reconhecimento dessa Casa a competência e dedicação do ilustre servidor. APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário